

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2010

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31 de março de 2010

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLA

CFC – Clorofluorcarbono

CTF – Cadastro Técnico Federal

DEMC – Departamento de Mudanças Climáticas

DLAA- Departamento Licenciamento e Avaliação

DQAM – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria

GEF – Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)

HCFC - Hidroclorofluorcabono

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OEMA's – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente

P2R2 – Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos

PAE's – Plano de Ação às Emergências Ambientais

PNMC – Plano Nacional sobre Mudança do Clima

POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes

RETP – Registro de Emissões e Transferência de Poluentes

SAS – Sistema de Aquecimento Solar de Água

SISLIC – Sistema de Licenciamento Ambiental Federal

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	PÁGINA
1 - Identificação	07
2 - Responsabilidades Institucionais	08
2.1 - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	08
2.2 - Estratégias de Atuação às Responsabilidades Institucionais	11
2.3 - Programas e ações	17
2.3.1 - Programa: 1346 - Qualidade Ambiental	17
2.3.2 - Principais Ações do Programa	18
2.3.2.1 - Ação 8342 - Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental	19
2.3.2.2 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	24
2.3.2.3 - Ação 8496 – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.	29
2.3.2.4 - Ação – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas	33
2.3.2.5 - Ação – 2B85 – Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental	35
2.3.2.6 - Ação – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental	38
2.3.2.7 - Ação – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo.	42
2.3.2.8 - Ação – 2D05 – Promoção da Atmosfera	44
2.3.2.9 - Ação – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo	47
2.3.2.10 - Ação – 8911 – Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas	49
2.3.2.11 - Ação – 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	53
2.4 - Desempenho Operacional	56
2.4.1.1 – Identificação da Unidade Orçamentária	56

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.4.1.2 – Programação das Despesas Correntes	56
2.4.1.3 – Programação das Despesas Capital	56
2.4.1.4– Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência	57
2.4.1.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
2.4.1.6 – Análise dos Resultados obtidos com os Recursos da Movimentação Recebida Externa	59
2.4.2 – Execução Orçamentária	60
2.4.2.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	60
2.4.2.2 – Despesas por Modalidade de Contratação	63
2.4.2.3 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ	63
2.4.2.4 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – – Créditos Recebidos da UJ	64
2.4.3 – Evolução dos Gastos	65
2.4.4 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	66
2.4.5 – Indicadores de Desempenho	67
3 – Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	NÃO SE APLICA
4 - Reconhecimentos de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	NÃO SE APLICA
5 – Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	68
6 – Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas)	69
7 – Previdência Complementar Patrocinada	NÃO SE APLICA
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	NÃO SE APLICA
9 - Renúncia Tributária	NÃO SE APLICA
10 – Operações de Fundos	NÃO SE APLICA
11A – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	72
11B – Determinações e Recomendações do TCU	74
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício.	NÃO SE APLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

13 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	86
14 - Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como relevantes para Avaliação de Conformidade e do Desempenho de Gestão	NÃO SE APLICA
15 – Informações Contábeis da Gestão	87
16 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins.	87

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente			Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental			
Denominação abreviada: SMCQ			
Código SIORG: 38336	Código LOA: 44101	Código SIAFI: 440031	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta – Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Gestão Ambiental			Código CNAE: 84124/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028-1230	(061) 2028-1204	(061) 2028-1759
Endereço eletrônico: smcq-I@mma.gov.br			
Página da Internet: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=137			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. "B" - 8º andar - Brasília/DF – CEP: 70.068-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Nº. 10.683 de 28 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2003.			
Decreto Nº. 6.101 de 26/04/2007, publicado no Diário Oficial da União de 27/04/2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
440076	Apoio ao Fortalecimento Sistema de Licenciamento Ambiental		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
440001- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA.		000001 – Tesouro Nacional	

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS

2.1.1 – Competência da Unidade

O Decreto nº. 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, definiu também a competência da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ e dos seus três Departamentos de: Mudanças Climáticas, Qualidade Ambiental na Indústria e Licenciamento e Avaliação Ambiental, aos quais competem:

I- propor políticas e normas e definir estratégias nos temas relacionados com:

- a) a avaliação ambiental estratégica;
- b) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;
- c) os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;
- d) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;
- e) o monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- f) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental; e
- g) o desenvolvimento de matriz energética ambientalmente adequada;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de competência;

IV - formular, propor e implementar políticas de prevenção e atendimento a situação de emergência ambiental;

V- coordenar as ações do Ministério relacionadas às mudanças climáticas;

VI - propor políticas e instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

VII -coordenar a participação brasileira nas atividades relacionadas ao Foro Intergovernamental de Segurança Química;

VIII - promover a cooperação técnica e científica com entidades nacionais e internacionais na área de sua competência;

IX - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de sua competência;

X - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo; e

XI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Departamento de Mudanças Climáticas - DEMC compete:

I - subsidiar e assessorar as diversas unidades do Ministério e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com as mudanças globais do clima;

II - coordenar reuniões destinadas à formação da posição do Ministério relacionada às mudanças globais do clima;

III- acompanhar e subsidiar tecnicamente a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

IV - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais, de negociações internacionais e eventos relacionados com as mudanças globais do clima;

V - desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio;

VI - desenvolver políticas e estratégias para a mitigação e adaptação às consequências das mudanças climáticas globais;

VII - apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas;

VIII - elaborar estudos para a formulação de políticas e definição de instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

IX - coordenar e articular, no âmbito do Ministério, a implementação das políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação; e

X - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – DLAA compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a avaliação ambiental estratégica;

b) a avaliação de impactos e licenciamento ambiental;

c) o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infraestrutura;

d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental, inclusive para o setor de infraestrutura; e

e) o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação;

V - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

VI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

- a) a redução da poluição ambiental;
 - b) o controle e o monitoramento de atividades poluidoras;
 - c) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;
 - d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental para a prevenção da poluição;
 - e) a redução de riscos ambientais decorrentes de produtos e substâncias perigosas e nocivas;
 - f) a formulação, a proposição e a implementação de políticas de prevenção, preparação e atendimento a situação de emergência ambiental;
 - g) a gestão ambiental para a produção mais limpa e ecoeficiente;
 - h) a promoção da segurança química;
 - i) a promoção da prevenção e atendimento a situações de emergência ambiental com produtos químicos;
 - j) a gestão de passivos ambientais e áreas contaminadas;
 - l) a gestão de resíduos perigosos; e
 - m) a gestão de produtos e resíduos perigosos, danosos à saúde e ao meio ambiente;
- II - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e a recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;
- III - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades relativas a produtos tóxicos;
- IV - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;
- V - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;
- VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e
- VII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

2.1.2 – Papel dos Departamentos na Execução das Políticas

2.1.2.1 - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental - DLAA

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental tem a competência de subsidiar a formulação de políticas, normas e estratégias para a implementação de ações relacionadas com o a avaliação de impactos ambientais e a avaliação ambiental estratégica; com o licenciamento ambiental; com o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infraestrutura; o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental; e com o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental. Para tanto, o departamento está assim estruturado: (i) Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental; (ii)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Gerência de Políticas para o Licenciamento Ambiental; e (iii) Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental.

2.1.2.2 – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria-DQAM

O Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – DQAM é a unidade da Secretaria responsável pela formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais relacionadas com a qualidade ambiental, resultante da interação das atividades socioeconômicas com o meio ambiente, sejam elas do setor primário, secundário ou terciário da economia, abrangendo os impactos das atividades da indústria, do extrativismo mineral, do comércio, dos transportes e da navegação, com foco na prevenção, na redução, no controle e no monitoramento da poluição, da degradação e dos riscos ambientais e na promoção da segurança química. O DQAM se subdivide em duas gerências, as quais organizam seus temas em coordenações e núcleos. A **Gerência de Segurança Química** agrupa os temas Substâncias Químicas, Controle de Agrotóxicos e Emergências Ambientais. A **Gerência de Resíduos Perigosos** coordena as ações ligadas aos temas Áreas Degradadas e Contaminadas, Resíduos Industriais.

2.1.2.3 – Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC

O Departamento de Mudanças Climáticas tem como algumas de suas competências: subsidiar e assessorar as diversas unidades do MMA e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com a mudança do clima; desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio e apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas. Atua como ponto focal brasileiro para a implementação do Protocolo de Montreal, implementando políticas e normas para a eliminação das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio e o gerenciamento do passivo destas substâncias. Responde também, no contexto ambiental, pelo acompanhamento da Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Estrutura-se em três núcleos, voltados para Mudanças do Clima, Energia e Proteção da Camada de Ozônio.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Dando continuidade à estratégia de implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) no Brasil, em 2009, o MMA obteve recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF, com aprovação de projetos que permitirão a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o desenvolvimento da capacidade do país de gerenciar POPs e PCBs. Sobre o convênio com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo - CETESB, foi inaugurado o 1º Laboratório público brasileiro, na área de meio ambiente, com capacidade para a análise de dioxinas e furanos. Sobre a Convenção de Roterdã (PIC) destaca-se, com relação ao asbesto/amianto, a publicação da Portaria MMA nº 43, de 2009, que dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Foram firmados convênios com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente de Tocantins e Mato Grosso do Sul, para o Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com produtos perigosos visando definir mecanismos de prevenção e atendimento de ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos. Sobre o Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo, encontra-se em andamento, com previsão para conclusão em 2010, o mapeamento nas Bacias de Sergipe–Alagoas / Pernambuco–Paraíba, nas bacias do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu–Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri), e na Bacia do Espírito Santo, todos no âmbito do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange 9(nove) agrupamentos de bacias sedimentares marítimas.

No que se refere ao Licenciamento Ambiental, foi dada continuidade à estratégia de incentivar a articulação entre os entes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), visando o estabelecimento de uma Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, que propicie condições para o pleno desempenho dos órgãos ambientais licenciadores no cumprimento de suas atribuições legais; a definição de procedimentos, normas, capacitação e apoio para o desenvolvimento tecnológico dos Sistemas de Licenciamento Ambiental, incluindo apoio aos Sistemas de informação sobre Licenciamento Ambiental, em especial, o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic).

Foram promovidas oficinas para discutir os procedimentos de licenciamento ambiental aplicados aos empreendimentos de geração de energia eólica e de pequenas centrais hidrelétricas, visando a harmonização dos procedimentos, em âmbito nacional.

O licenciamento da atividade petrolífera também é objeto de ação deste Departamento, que participa do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, onde foi instalado o Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA, com vistas a assegurar a melhoria da gestão ambiental, com foco no aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.

Também, sob esse enfoque, aperfeiçoar o licenciamento ambiental, e com vistas a apoiar a tomada de decisão, foi dada continuidade ao aprimoramento de atividades relacionadas ao desenvolvimento de novos instrumentos de planejamento. Nesse contexto, o Departamento concluiu a Etapa 1 do Projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica, aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, realizado em parceria com as universidades federais do Pampa e de Santa Maria, ambas localizadas no Rio Grande do Sul.

O componente social também tem sido objeto de atuação da SMCQ, que tem desenvolvido estudos e participado de grupos de trabalho que buscam a resolução de problemas relacionados ao tema. Nesse sentido, participa de comissão criada para debater os impactos sociais de projetos hidrelétricos, junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, bem como participa das discussões sobre a implementação do cadastro socioambiental, junto ao Ministério de Minas e Energia..

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

No sentido de promover a sustentabilidade da matriz energética nacional o MMA, juntamente com a Caixa Econômica Federal, o Ministério de Minas e Energia - MME e outros parceiros, tem apoiado o financiamento, para famílias de baixa renda, de Sistemas de Aquecimento Solar - SAS, no âmbito do “Programa Minha Casa Minha Vida”. Essa iniciativa, permite a redução de 30 a 40% do valor da conta de luz desses usuários. No mesmo sentido, foi criado, pela Portaria nº 238/2009, o Grupo de Trabalho com a participação do MME, Caixa Econômica Federal, Eletrobras, INMETRO, representantes da academia, entre outros, com o objetivo de apoiar a disseminação - SAS bem como elaborar e acompanhar atividades específicas que visam à instalação destes sistemas no Programa Minha Casa Minha Vida.

Foi assinada entre o MMA, MME, Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia e os poderes legislativos federal e estadual a CARTA DOS VENTOS. Seus signatários se comprometem a definir e consolidar, entre as esferas dos governos Federal e Estadual, ações e políticas públicas voltadas a efetivar, de forma eficiente e racional, a exploração do potencial eólico nacional como fonte energética. No sentido de iniciar a implementação desse documento, o MMA promoveu um levantamento, junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS, sobre os procedimentos para o licenciamento e práticas de gestão ambiental desse tipo de empreendimento, visando à harmonização dos procedimentos e identificação de necessidades desses órgãos. Em seguida promoveu uma reunião técnica com o MME, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e os OEMAS dos estados de Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Bahia. Na ocasião foram discutidos os procedimentos ambientais de licenciamento com aqueles de concessão adotados pelo setor elétrico, para a identificação e resolução de conflitos e entre os mesmos.

Por intermédio da Portaria nº. 48, de 24 de janeiro de 2009, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente – GTP que tem como objetivo acompanhar, avaliar, informar e apoiar por meio de recomendações compatíveis com a Política Nacional de Meio Ambiente, as atividades relacionadas à cadeia produtiva dos biocombustíveis, visando ao desenvolvimento sustentável. Esse GTP é constituído por representantes de todas as secretarias do MMA, além do IBAMA e da ANA. O GTP tem atuado na discussão dos indicadores para o Global Bioenergy Partnership-GEPEP, no zoneamento da cana-de-açúcar; na compatibilização da expansão do plantio da cana-de-açúcar com a manutenção da biodiversidade, de forma que as posições assumidas pelo Ministério sejam de consenso.

Com relação ao uso de resíduos para a geração de energia, estudos vêm sendo desenvolvidos para analisar seu potencial a partir do aproveitamento de resíduos de madeira e de resíduos sanitários.

Em relação as ações de eliminação do consumo de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio - SDOs, o ano de 2009 foi marcado como o último ano de consumo brasileiro de Clorofluorcarbonos – CFCs. Os CFCs foram eliminados em todo o mundo pelo seu alto poder de destruição da camada de ozônio e também por contribuir para o aquecimento global. Desde 2007, no Brasil, as importações dessas substâncias só eram permitidas para a fabricação de Inaladores de Dose Medida – MDIs, usados por portadores de doenças respiratórias.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Os projetos do Plano Nacional de Eliminação de CFCs, executados com recursos financeiros do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, as principais atividades e resultados do ano de 2009 foram:

- Eliminação do consumo total de CFCs no Brasil.
- Regeneração de aproximadamente 15 toneladas de SDOs em 2009, pelas Centrais de Regeneração instaladas no âmbito do PNC.
- Conclusão e envio da Estratégia de Transição de MDIs CFC para MDIs livres de CFCs à Secretaria do Protocolo de Montreal.
- Divulgação da Estratégia de Transição em periódicos especializados de sociedades médicas, como o Jornal Brasileiro de Pneumologia, Pulmão RJ, Jornal Brasileiro de Pneumologia Sanitária, Jornal de Pneumologia de São Paulo, Jornal de Pediatria, JBM, Jornal da AMB, Ars Curand, etc.
- Inauguração do Centro do Regeneração de Fluidos Refrigerantes em Recife, com capacidade para regenerar o CFC, HCFC e HFC.
- Aperfeiçoamento dos Centros de Regeneração com a doação de 10 equipamentos para recolhimento e reciclagem de fluidos refrigerantes em resfriadores centrífugos, empregados em aparelhos centrais de ar condicionado e de refrigeração industrial, durante a manutenção e reparo;
- Treinamento e certificação de 5.154 (cinco mil cento e cinquenta e quatro) novos técnicos em refrigeração para o período de 2008-2009. Totalizando assim, 25.317(vinte cinco mil, trezentos e dezessete) treinamento de técnicos no setor de RAC pelo o Programa Nacional de Treinamento de boas práticas; Implementação do treinamento para 27 (vinte e sete) estados do país possibilitando o alcance nacional do programa; (26 estados + Distrito Federal), cumprindo assim o início dos treinamentos nos últimos 13 estados: Acre, Amazonas, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins;
- Nova ferramenta de controle estabelecida e funcionando para o Cadastro Técnico Federal/IBAMA e apto a declaração e geração de relatórios sobre uso, recolhimento, reciclagem, regeneração, destruição, venda, compra, importação e exportação de SDOs. Efetivação prevista para dezembro de 2009.
- Publicação de Portaria MMA, de 26 de março de 2009, instituindo Grupo de trabalho entre MMA e IBAMA com participação da Receita Federal do Brasil para avaliar e propor novos procedimentos para o controle do comércio de SDOs.
- Publicação da Portaria MMA nº 42, de 22 de dezembro de 2009, estabelecendo critérios para elegibilidade de empresas nacionais candidatas ao recebimento de equipamentos para reciclagem de CFC-12, contemplando as maiores cidades das unidades federativas que não sejam atendidas por Centrais de Regeneração.
- Elaboração de 04 propostas de normas técnicas enviadas à ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - de acordo com os padrões internacionais e características nacionais: (a) procedimentos para redução de emissões de fluidos refrigerantes em instalações de refrigeração e ar condicionado; b) procedimentos para atividades de recolhimento, reciclagem e regeneração; c) procedimentos para destinação final adequada de equipamentos de refrigeração comercial e doméstica; d) procedimentos para redução de emissões de fluidos refrigerantes

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

em instalações de supermercados. A implantação desta atividade foi desenvolvida em conjunto com a ABRAVA que preside o comitê técnico da ABNT para definição de normas para o setor de refrigeração e ar-condicionado.

- Produção de folders, cartazes, boletins informativos para divulgar as atividades relacionadas com: a) estratégia de transição do Governo Brasileiro para a substituição de MDIs-CFCs para medicamentos livres de CFCs; b) procedimentos sobre recolhimento, reciclagem e regeneração de gases refrigerantes; c) folder informativo sobre o Cadastro Técnico Federal; d) cartilha informativa sobre Proteção da Camada de Ozônio e Impactos na Saúde; e) diversos materiais de divulgação para serem distribuídos e exibidos nos 06 workshops e eventos realizados pelo PNC para os centros de regeneração, divulgação técnica e projetos setoriais de MDI's;
- Organização de um stand especial na 16ª FEBRAVA 2009 (Feira Internacional de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação, Aquecimento e Tratamento do Ar) para divulgar informação sobre as últimas atividades do governo sobre a Proteção da Camada de Ozônio e para fornecer palestras sobre as ações realizadas pelo Governo e as indicações de mudanças.
- Participação no VII Congresso Brasileiro de Asma, III Congresso Brasileiro de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica e III Congresso Brasileiro de Tabagismo, realizado em Florianópolis, SC, de 09 a 12 de outubro de 2009.
- Distribuição para vinte e sete (27) estados do país (26 estados + Distrito Federal) o livreto sobre Segurança no Recolhimento de Refrigerante;
- Publicação de 50.000 exemplares do Manual de Boas Práticas em Supermercados para Sistemas de Refrigeração e Ar Condicionado;
- Realização do Seminário sobre “Difusão do Uso de Fluidos Alternativos em Sistemas de Refrigeração e Ar Condicionado” em 28 de maio de 2009, em Recife - Pernambuco, com a participação de 180 pessoas que contribuiu com informações técnicas e acadêmicas para incentivar o uso de fluidos alternativos e também contribuiu para ampliar o debate sobre as substâncias alternativas às SDOs. O evento contou com o apoio da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS, Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento - ABRAVA e Associação Nacional dos Profissionais de Refrigeração e Ar Condicionado – ANPRAC, Associação Brasileira de Ciências Mecânicas - ABCM, SINDIGEL - CE e SIDRATAR-PE.
- Realização do mesmo seminário mencionado acima em 11 de setembro 2009, em Porto Alegre, RS.

No âmbito de outros projetos relacionados a eliminação das SDOs, tem-se as seguintes atividades e resultados no ano de 2009:

- Publicação de folder sobre os resultados do Programa Nacional de Eliminação do Brometo de Metila contemplando: as ações para eliminação nas culturas de flores, plantas ornamentais, no cultivo de morango e outras hortaliças, além de treinamento dos agricultores.-
- Coordenação da elaboração do diagnóstico do uso de CTC para usos laboratoriais e como agente de processo.
- Coordenação da elaboração e execução do projeto para eliminar o uso de CTC como agente de processo.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

- Realização do seminário “Governo e Sociedade a caminho da Eliminação dos HCFCs”. Adicionalmente o MMA está elaborando o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, sendo que no ano de 2009 foi definida a estratégia para a elaboração do programa e realizado um seminário nacional para apresentar à sociedade brasileira, essa estratégia.
- Articulação com agências implementadoras e demais órgãos de governo, assim como o setor privado para definição da estratégia de elaboração do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs.
- Criação de Grupo de Trabalho para discussão com o setor privado sobre a eliminação dos HCFCs;
- Coordenação das atividades de elaboração do PBH: organização de reuniões bimensais com as agências e reuniões com o setor privado, sempre que necessário.
- Realização de acordo de cooperação técnica com o Governo da Alemanha para implantação de sistema de manufatura reversa de refrigeradores, como o objetivo de realizar o correto desmonte dos refrigeradores e o recolhimento do fluido refrigerante e agente expensor. A empresa para operar o equipamento foi selecionada e a previsão de operação do equipamento é para setembro de 2010. Este projeto irá contribuir para as ações do Programa de governo coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME para a substituição de 10 milhões de geladeiras, que está em elaboração, e para o recolhimentos das SDOs contidas nos bancos dos refrigeradores domésticos brasileiros.
- Articulação com a Comunidade Européia para realização de um Acordo de Cooperação Técnica, para implementar três sistemas piloto de logística reversa de refrigeradores com integração dos governos federal, estadual e municipal, fabricantes, varejistas, recicladoras e cooperativas organizadas de catadores de materiais recicláveis. O projeto contempla o recolhimento das substâncias prejudiciais à camada de ozônio e que contribuem para o aquecimento global.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3. Programas e Ações

2.3.1. PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL

2.3.1.1 – DADOS GERAIS

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de emissões de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, da identificação de impactos e vulnerabilidades à mudança do clima e a definição de medidas de adaptação.
Objetivos Específicos	Ampliar a contribuição do Brasil na redução de emissões por fontes e remoção por sumidouros de gases do efeito estufa e preparar o país para os efeitos das mudanças climáticas
Gerente do Programa	Suzana Kahn Ribeiro
Gerente Executivo do Programa	Sérgia de Souza Oliveira
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação do Programa	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs). Número de Empreendimentos de Infra-Estrutura sem Licença de Operação. Número de Episódios de Violação do Padrão Diário de Qualidade do Ar para parâmetros material particulado Inalável(PM10) e Ozônio(O3)
Público-Alvo(Beneficiários)	Sociedade

2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- Ação 8342- Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental;
- Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- Ação 8496- Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida e Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2;
- Ação 1C49- Prevenção da Contaminação e Gerenciamento de Substâncias Perigosas;
- Ação 2B85- Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental;
- Ação 2B87- Capacitação para Qualidade Ambiental;
- Ação 2B88- Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo;
- Ação 2D05- Promoção da Proteção da Atmosfera;
- Ação 6635- Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis;
- Ação 8911- Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas; e
- Ação 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.1. AÇÃO – 8342- Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental

2.3.2.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e acompanhar a implementação de instrumentos de gestão e planejamento, legais, técnicos e institucionais de apoio à aplicação do licenciamento ambiental, visando sua eficiência, eficácia e efetividade, a fim de propiciar o controle da implantação das atividades econômicas e dos projetos de infra-estruturas logística, energética, social e urbana, de forma sustentável, em tempo compatível com os planejamentos setoriais e com as políticas de desenvolvimento.
Descrição	Realização de cursos de capacitação; acompanhamento do cronograma do licenciamento dos empreendimentos de infra-estrutura; promoção da integração com órgãos ambientais e outros órgãos setoriais; elaboração e divulgação de normas, procedimentos e estudos; desenvolvimento e implementação de abordagens de instrumentos de planejamento e gestão, desenvolvimento de sistemas de informações relacionadas ao licenciamento ambiental, considerando inclusive o enfoque inerente ao licenciamento ambiental do setor de petróleo e gás.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas / Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental / Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental e Gerência de Política para o Licenciamento Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Ana Lúcia Lima Barros Dolabella
Unidades Executoras	440031 - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.1.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.1.2.1- Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Instrumento aperfeiçoado	12	9

2.3.2.1.2.2 - Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
5.074.506	3.497.096	1.577.410	1.571.922	1.571.922

2.3.2.1.2.3 - Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências).

Diversas ações foram desenvolvidas visando ao aprimoramento do licenciamento ambiental, seja no âmbito federal ou nacional, com enfoque na harmonização de procedimentos para o licenciamento ambiental; proposição de resoluções para o Conama; desenvolvimento de estudos estratégicos; e aprimoramento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, entre outros, destacando-se as que se seguem:

1. Participação do Diálogo Técnico do Conama, realizado em 18 e 19 de agosto de 2009, referente à discussão da proposta de revisão da Resolução Conama Nº. 09/1987, que dispõe sobre audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental, e da proposta de resolução sobre informações mínimas a constarem das licenças ambientais;
2. Participação do Programa Nacional de Capacitação, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania, com vistas à formação, por meio de curso na modalidade ensino à distância – EaD, de aproximadamente 1100 técnicos municipais, sobre licenciamento ambiental, com ênfase em saneamento ambiental. O Departamento foi o responsável pelo conteúdo temático do Caderno de Licenciamento Ambiental do PNC, referente à “Licenciamento ambiental de estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários”;
3. Participação do Grupo de Trabalho de Monitoramento do Meio Biótico, coordenado pela DILIC/IBAMA, criado para realizar debates visando elencar (i) os principais alvos de biota, (ii) a previsão e a detecção de impactos ambientais surgidos por empreendimentos a serem licenciados por bioma brasileiro, de modo a subsidiar os novos Termos de Referência, para elaboração de para EIAS/Rimas;
4. Participação no Comitê Temático de Meio Ambiente do Programa de Modernização da Indústria do Petróleo e Gás Natural – Prominp, visando ao aperfeiçoamento do

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

licenciamento ambiental, bem como à inserção da dimensão ambiental no planejamento do setor;

5. Realização de Oficina sobre Avaliação Ambiental do Porto de Rio Grande, visando ao desenvolvimento de estratégias que permitam a integração da avaliação ambiental da área portuária, realizada em duas esferas de competência, a federal, pelo Ibama e no âmbito estadual, pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul - Fepam;
6. Com o objetivo de promover a harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental de pequenas centrais hidrelétricas, foi realizada oficina para discutir os procedimentos de licenciamento ambiental adotados no país, para esse tipo de empreendimento. Participaram da oficina vários estados, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Ministério de Minas e Energia. Os resultados dessa oficina, conjuntamente aos resultados da oficina sobre energia eólica e de empreendimentos que utilizem a biomassa como combustível, esta prevista para o primeiro semestre de 2010, subsidiarão o MMA na elaboração de norma reguladora para o licenciamento desses empreendimentos;
7. Participação no GT da BR-319, que teve como objetivo “elaborar diretrizes e acompanhar o Licenciamento Ambiental da BR 319, no Estado do Amazonas, visando definir e planejar medidas preventivas em relação aos impactos derivados do empreendimento, para impedir o desmatamento e a descaracterização do Bioma Amazônia ao longo da estrada”;
8. Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental da BR-402, no Estado do Maranhão;
9. Participação do GT de acompanhamento da transposição do Rio São Francisco;
10. Participação no Grupo Técnico Saúde e Licenciamento Ambiental, que tem a finalidade de estruturar a participação da área de saúde nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos;
11. Em continuidade ao desenvolvimento de novos instrumentos de planejamento, foi concluída a Etapa 1 do projeto “Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos”. O projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, envolvendo os órgãos ambientais estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e obteve a colaboração eventual de representantes do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros). Essa etapa do projeto se refere à análise das fragilidades ambientais dos rios Pelotas e Uruguai mediante a fragmentação desses rios, e tem o propósito de embasar a definição de diretrizes para orientar o licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30MW previstos para esses rios, e cuja competência seja do Ibama.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Também relacionado ao desenvolvimento de instrumentos de planejamento, foi finalizada a sistematização das contribuições advindas dos participantes da Oficina sobre Avaliação Ambiental Estratégica, realizada em 2008, estando finalizada a 1ª versão do Guia que define as diretrizes para elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica de políticas, planos e programas aplicáveis a diferentes setores de desenvolvimento e recortes territoriais. O guia foi elaborado em parceria com o Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

O Departamento participou do debate sobre a elaboração de novos marcos regulatórios setoriais e na discussão de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, tendo participado nas seguintes atividades:

1. Participação no GT interministerial MDA/MMA, que “*Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar regulamentação do uso do Pronaf Sustentável na regularização ambiental nas propriedades dos agricultores familiares.*”;
2. Participação no GT “Monitoramento e análise dos efeitos da resolução 369/2006, conforme §1º do art. 15 da referida resolução”, criado pela Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas;
3. Participação na discussão da proposta de resolução sobre informações mínimas que devem constar das licenças ambientais, emitidas no âmbito do SISNAMA, e da divulgação no portal do licenciamento ambiental – PNLA;
4. Participação na elaboração e revisão de normas relativas ao licenciamento ambiental federal, junto ao IBAMA e ICMBio;
5. CONAMA Nº 404/2008 - "Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos;
6. Resolução CONAMA Nº 412/2009 Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social;
7. Resolução CONAMA Nº 413/2009 Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura;
8. PL-3.057/2000, sobre o parcelamento do solo urbano;
9. Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências”, transformado na Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009;
10. Medida Provisória nº 452, de 24 de dezembro de 2009, que “Dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências”, onde tentou-se introduzir a questão do licenciamento ambiental de rodovias, mas que perdeu sua eficácia;
11. Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, que “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais, e dá outras providências.”, onde tentou-se introduzir a questão do licenciamento ambiental de rodovias;
12. GT Pesca, com vistas à elaboração de Instrução Normativa para estabelecer o licenciamento ambiental para uso do recurso pesqueiro para o exercício da pesca artesanal e comercial, na

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

- região do complexo lagunar-estuarino, da bacia hidrográfica das lagoas Mirim e Mangueira, e no estuário da Lagoa dos Patos, em atendimento à ação civil pública;
13. Revisão da Resolução CONAMA no 344/2004, conforme art. 9º da mesma, que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras.
 14. PL de regulamentação do art. 23.

2.3.2.1.2.4 -. Avaliação dos Resultados

As atividades desenvolvidas visaram à qualificação da implementação do licenciamento ambiental, bem como atender às atribuições do departamento. Os seguintes objetivos foram alcançados: articulação com os órgãos licenciadores integrantes do SISNAMA; capacitação; desenvolvimento de metodologias; integração interinstitucional; difusão de conhecimento, proposição de normas relacionadas ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos no âmbito do Conama e participação na elaboração de projetos de lei que se relacionavam ao licenciamento ambiental.

Todas essas iniciativas tiveram por objetivo melhorar (i) a aplicação do Licenciamento Ambiental; (ii) o atendimento ao usuário; (iii) acesso à informação; (iv) o desempenho técnico dos órgãos ambientais licenciadores; e (v) adequar a legislação ambiental, contemplando os interesses sociais, setoriais e de meio ambiente, visando ao desenvolvimento das atividades econômicas de forma ambientalmente sustentável.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.2 - AÇÃO – 2272 – Gestão e Administração do Programa

2.3.2.2.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção(aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicação para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.2.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
(não há previsão de meta física)	-	-

2.3.2.2.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.261.028	220.565	1.040.463	1.011.240	1.011.240

2.3.2.2.2.3 - Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências).

As despesas executadas nesta ação referem-se principalmente as despesas administrativas e de manutenção do programa, como também, execução de atividades que não foram contempladas com ações no PPA por se tratarem da elaboração e desenvolvimento de Políticas Públicas, definição de estratégias, estudos técnicos, entre outros.

Atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito da ação – Gestão e Administração do Programa:

As atividades voltadas à formulação de políticas e normas, a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à ampliação do uso de fontes de energia ambientalmente adequadas, a eficiência energética, ao acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor energético incluindo hidroelétrico, petrolífero, gás e de biocombustíveis, bem como o acompanhamento das ações do governo brasileiro no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Montreal, são desenvolvidas por intermédio do GAP.

Dentre os principais resultados alcançados no período 2009 destacam-se:

1. Energia Renovável:

O estreitamento da parceria entre o MMA e o MME proporcionou vários avanços na área de energia renovável, principalmente no que se refere ao aumento da participação desse tipo de energia na matriz energética nacional. Foram elaborados estudos, contratados, principalmente, através de editais pelo Projeto PNUD BRA/00/020.

Principais produtos de 2009:

1. Estudos:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

- Encerramento do trabalho referente ao levantamento da geração e destino de resíduos provenientes da atividade madeireira nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rondônia e Pará, e propor diretrizes para políticas, normas e condutas técnicas a serem aplicadas pela área ambiental, visando promover o uso adequado dos mesmos, incluindo a produção de energia.
- Encerramento dos estudos sobre o aproveitamento, para fins energéticos, de resíduos e subprodutos (sólidos, líquidos e gasosos) das indústrias de produtos de origem florestais e de resíduos provenientes da atividade madeireira e gerados nas cidades.

2. Contratação de estudos:

- Foi relançado o edital e contratada empresa para realização dos estudos sobre o potencial de geração de energia a partir de resíduos de saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável, observando seus aspectos técnicos e viabilidade econômica.

3. Energia Solar Térmica:

Foi firmado Acordo entre o MMA e a Caixa Econômica Federal, visando integrar as experiências das instituições envolvidas e conjugar esforços técnicos e políticos para o desenvolvimento de projetos e estudos sobre novos arranjos institucionais e financeiros para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Entre outras ações o protocolo de intenções prevê o financiamento, para famílias de baixa renda, de sistemas de aquecimento solar, no âmbito do “Programa Minha Casa Minha Vida”. Essa iniciativa permite a redução de 30 a 40% na conta de luz desses usuários.

- Assinatura da Portaria MMA nº. 238/2009, o Grupo de Trabalho com a participação do MME, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, INMETRO, representantes da academia, entre outros. Cabe ao GT apoiar a disseminação de Sistemas de Aquecimento Solar de Água - SAS bem como elaborar e acompanhar atividades específicas que visam a instalação destes sistemas no Programa Minha Casa Minha Vida.
- Confecção de 10.000 folders Sistema de Aquecimento Solar de Água - SAS no programa Minha Casa Minha Vida.

4. Energia Eólica:

- Assinatura entre o MMA, MME, Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, poder legislativo federal e estadual a CARTA DOS VENTOS, na qual os signatários se comprometem a definir e consolidar, entre as esferas dos governos Federal e Estadual, ações e políticas públicas voltadas a efetivar, de forma eficiente e racional, a exploração do potencial eólico nacional como fonte energética.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

- Realização de levantamento, junto aos OEMAS, sobre os procedimentos para o licenciamento e a gestão ambiental de empreendimentos de energia eólica, visando a harmonização desses procedimentos e identificação de necessidades desses órgãos para implementá-los.
- Realização de reuniões técnicas com OEMAS, MME ANEEL para discutir as convergências e divergências dos procedimentos de licenciamento de parques eólicos e àqueles adotados pelo setor elétrico nos leilões de energia.

5. Biocombustíveis

- Foi instituído, também, por intermédio da Portaria nº. Portaria nº. 48, de 24 de janeiro de 2009 o Grupo de Trabalho Permanente que tem como objetivo acompanhar, avaliar, informar e apoiar por meio de recomendações compatíveis com a Política Nacional de Meio Ambiente, as atividades relacionadas à cadeia produtiva dos biocombustíveis, visando ao desenvolvimento sustentável. Esse GTP é constituído por representantes de todas as secretarias do MMA, além do IBAMA e da ANA, de forma que as posições assumidas pelo Ministério sejam de consenso.

6. Participação em Grupos de Trabalho, discussões para formulação de programas interministeriais, participação em Conferências.

- Participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de padrões de eficiência energética para edificações, cujo relatório final foi concluído no final de 2009.
- Participação no Grupo de Trabalho, coordenado pelo MRE, no âmbito do GBEP para elaboração dos indicadores de sustentabilidade na produção de biocombustíveis. Tema discutido no âmbito do GTP – Biocombustíveis.
- Participação dos trabalhos coordenados pelo MRE denominado: **Plano de Ação do MERCOSUL para a Cooperação em Matéria de Biocombustíveis**, coordenado pelo Brasil como presidente Pro Tempore do Mercosul. Foi criada uma Força Tarefa com o de levantar os padrões e normas técnicas de biocombustível existente em cada país para apoiar o Estudo de Harmonização das Especificações e Normas dos Biocombustíveis no MERCOSUL.

7. Outras ações

- Alimentação da Página do MMA no que tange a energia e meio ambiente.
- Negociação com o PNUD, GEF e BID do Projeto Market Transformation for Energy Efficiency in Brazil, com o objetivo de influenciar, transformar e desenvolver o mercado para operações de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

EE em edificações, levando ao consumo de energia com menos intensidade de carbono e mais sustentabilidade.

- Participação no Projeto: *Suggestions for a Future Energy Efficiency Plan in Brazil*, coordenado pelo CGEE. Realizadas missões para conhecimento de experiências internacionais e oficinas de trabalho para recomendações ao Plano Nacional de Eficiência Energética.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.3 - AÇÃO – 8496 – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.

2.3.2.3.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os governos estaduais nas ações destinadas a prevenir a ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos e a atender de forma rápida e eficiente essas ocorrências, visando reduzir seus efeitos nocivos ao meio ambiente e aos organismos vivos.
Descrição	O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências Ambientais com Produtos Químicos-P2R2, instituído pelo Decreto Nº. 5.098 de 03 de julho de 2004, prevê que os governos estaduais elaborarão os Planos de Ação às Emergências Ambientais(PAEs), fazendo-se necessário, para tanto, o suporte federal. Além disso, é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente a supervisão e coordenação desse sistema dedicado à prevenção e resposta à emergências ambientais com produtos perigosos, incluindo hidrocarboneto(petróleo e seus derivados), e qualquer outra substância que represente risco para a vida ou saúde humana, o meio ambiente ou outro bem a proteger, a curto ou longo prazo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.3.1. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.3.1.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projeto Apoiado	2	2

2.3.2.3.1 2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.316.388	6.758	1.309.630	1.309.630	1.309.630

2.3.2.3.1.3. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências).

A SMCQ promoveu, em 2009, o apoio aos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins para o Mapeamento de Áreas de Risco a Acidentes com Produtos Perigosos, conforme estabelecido pelo Grupo de Trabalho de Mapeamento de Áreas de Risco Ambiental, instrumento integrante do Plano Nacional de Prevenção, Preparação, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais - P2R2.

O objetivo do convênio "**Mapeamento de Áreas de Risco a Acidentes com Produtos Perigosos de Mato Grosso do Sul e Estruturação da Comissão Estadual do P2R2 – MARAPPMS**", é elaborar o mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos perigosos em trechos da BR-262 e da BR-163, identificando empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras; sítios frágeis e vulneráveis; áreas contaminadas; unidades de resposta e o histórico de acidentes ocorridos, definindo o grau de risco ambiental; e manter e criar um banco de dados estruturado. Visa também contribuir para a minimização do impacto ambiental desses acidentes, por meio da estruturação da base da Comissão Estadual do P2R2 e das Unidades de Resposta localizadas em pontos estratégicos ao longo desses trechos das rodovias, por meio do fornecimento de equipamentos para a resposta inicial aos acidentes ambientais com produtos perigosos, colaborando com o fortalecimento e desenvolvimento do setor de emergências químicas do estado. Com isso, espera-se obter importante ferramenta a ser utilizada na definição e avaliação de políticas para os setores industrial, viário, de saúde e de meio ambiente; e, também, identificar as responsabilidades respectivas do poder público e dos setores privados em casos de acidentes. O convênio tem como conveniente a Secretaria de Estado de Governo, tendo como interveniente o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 790.970,00, sendo R\$ 711.595,00 do concedente e R\$ 79.375,00 do conveniente, a título de contrapartida.

O objetivo do convênio "**Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos Perigosos na Rodovia BR-153, trecho Paraíso do Tocantins – Guaraí, no Estado do Tocantins**", é realizar o mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos químicos

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

perigosos, empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, sítios frágeis e vulneráveis de áreas contaminadas, realizar o levantamento do histórico de acidentes ocorridos e também fornecer à unidade de resposta a acidentes com produtos perigosos, equipamentos necessários ao mapeamento e posterior vigilância e atendimentos em trecho da BR-153, entre Paraíso do Tocantins e Guaraí, no Estado do Tocantins. Visa também a ampliação e fortalecimento dos esforços para a prevenção e controle de acidentes com produtos perigosos no estado do Tocantins. Com isso, espera-se obter importante ferramenta a ser utilizada na definição e avaliação de políticas para os setores industrial, viário, saúde e meio ambiente. Espera-se, também, ajuda na identificação das responsabilidades respectivas do poder público e dos setores privados em casos de acidentes. O convênio tem como conveniente o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, órgão ambiental do estado. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 758.125,58, sendo R\$ 672.920,58 do concedente e R\$ 85.205,00 do conveniente, a título de contrapartida.

Em andamento a execução do convênio celebrado com o estado de Pernambuco em 2007, para o **“Projeto de Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE”**. O objeto do convênio é o mapeamento de áreas de risco de Acidentes com produtos perigosos identificando, caracterizando e definindo o grau de risco ambiental ao longo das estradas da Região Metropolitana de Recife, com ênfase no Pólo Petroquímico de Suape. A Etapa 1 já se encontra concluída, tendo sido iniciadas as Etapas 2 e 3 do convênio. O convênio tem como conveniente o Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH. O valor total do Convênio celebrado foi de R\$ 624.389,00, sendo R\$ 498.739,00 do concedente e R\$ 125.650,00 do conveniente. 100 % dos recursos do concedente já foram repassados à CPRH, no ano de 2008.

Também em andamento a execução do convênio celebrado com o Estado da Paraíba em 2008, para o **"Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Perigosos na Paraíba, rodovia BR-230, trecho Cabedelo – Campina Grande"**. O objetivo do convênio é realizar o mapeamento das áreas de risco, visando identificar atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas, passivos ambientais, sítios frágeis e vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de respostas e atendimento a acidentes, definindo o grau de risco ambiental, na rodovia BR-230, no trecho entre as cidades de Cabedelo e Campina Grande, numa faixa de 5 km, tomando a rodovia como eixo longitudinal da faixa, o que corresponde a uma área aproximada de 750 km². A Etapa 1 já se encontra em fase de conclusão, tendo sido iniciada a Etapa 2 do convênio. O valor total do convênio celebrado é de R\$ 599.080,00, sendo R\$ 530.940,00 do concedente e R\$ 68.140,00 do conveniente, a título de contrapartida. Foram repassados ao conveniente R\$ 397.940,00 em março de 2009.

2.3.2.3.1.3. Avaliação dos Resultados

Os convênios de Tocantins e Mato Grosso do Sul iniciarão sua execução em 2010, com término previsto para agosto e novembro de 2011, respectivamente.

O convênio de Pernambuco foi prorrogado para conclusão dos trabalhos até 31/07/2011. O Convênio com a Paraíba tem vigência até 30/06/2010.

A execução desses convênios incentivará ações integradas e articuladas entre as instituições governamentais e não governamentais com atuação direta ou indireta no tema emergências ambientais com produtos perigosos. A realização do mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos reflete a incorporação, nos planejamentos das Comissões Estaduais, de um

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

importante instrumento de gestão para a tomada de decisão sobre as questões de riscos ambientais proposto pelo Plano P2R2, demonstrando o comprometimento e a integração dos órgãos estaduais com os programas e diretrizes estabelecidas no âmbito federal, e formulados com a participação de todos os envolvidos.

Com o acompanhamento da execução dos projetos e a capacitação de técnicos de vários setores envolvidos, as Comissões Estaduais do P2R2 terão condições de, posteriormente, dar continuidade ao mesmo, replicando o conhecimento adquirido neste projeto para outros técnicos e instituições, com o objetivo de dar continuidade à alimentação e manutenção do banco de dados e de desenvolver o mapeamento de outras áreas prioritárias nos estados.

A implementação de cada um desses projetos auxiliará os gestores no desenvolvimento de políticas públicas e no planejamento de ações preventivas, assegurando equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.4 . AÇÃO – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas

2.3.2.4.1 – Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.
Descrição	Desenvolvimento e operacionalização de sistema de intercâmbio e difusão de informações sobre segurança química e para Registro de Liberações e Transferência de Contaminante ambientais Ação envolve, ainda, o estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias e resíduos perigosos, especialmente os do setor petroquímico e aqueles abrangidos por acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.4.2 . Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.4.2.1 . Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Sistema Implantado	16%	16%

2.3.2.4.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
610.185	97.692	512.493	512.493	512.493

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.4.2.2. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

Foi contratada a consultoria jurídica (empresa Intertox LTDA) para elaboração da segunda fase do projeto de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes - RETP. Obteve-se a entrega do último produto da primeira fase (CP6) “Documentos que irão compor o sistema: glossários, manuais, formulários, mecanismos e procedimentos envolvendo a operação do sistema”. Ocorreram várias reuniões ao longo do ano procurando dar sequência à estratégia geral dos trabalhos e procurou-se discutir junto ao IBAMA/Cadastro Técnico Federal (CTF) como será a inclusão e a divulgação das informações.

Foi aprovado e assinado o Documento Final do Projeto (Full-sized - FSP) GEF/PNUD/MMA “Estabelecimento da Gestão de Resíduos de Bifenilas Policloradas (PCBs) e Sistemas de Disposição” em 2009, após finalizadas as atividades relativas à fase preparatória (Fase Preparatória do Projeto (PPG)), com recursos provenientes do GEF (Global Environment Fund). O projeto, que deve durar em torno de cinco anos, tem o objetivo de reforçar a capacidade de gestão e de disposição dos óleos PCBs, dos equipamentos contendo PCBs e de outros resíduos de PCBs de forma sustentável, a fim de cumprir com as responsabilidades de país signatário da Convenção de Estocolmo.

Foi firmado novo aditamento ao convênio entre o MMA e a CETESB, que promove a instalação e funcionamento do laboratório de dioxinas e furanos na sede do órgão estadual de meio ambiente de São Paulo. A necessidade do aditamento deveu-se ao atraso na etapa de treinamento dos técnicos que trabalharão no laboratório fruto do convênio.

2.3.2.4.2.3 . Avaliação dos Resultados

Com relação ao Registro de Emissões e Transferência de Poluentes – RETP, tivemos avanços importantes, pois a entrega do 6º e último produto - documentos que irão compor o sistema: glossários, manuais, formulários, mecanismos e procedimentos envolvendo a operação do sistema - da primeira fase do projeto serviu como marco para dar início à nova fase dos trabalhos, voltados mais especificamente para o treinamento de pessoal.

O Projeto (Full-sized - FSP) GEF/PNUD/MMA “Estabelecimento da Gestão de Resíduos de Bifenilas Policloradas (PCBs) e Sistemas de Disposição” foi aprovado e assinado no final de 2009, e será iniciado em 2010.

No que se refere ao convênio MMA e CETESB, o laboratório de dioxinas e furanos foi inaugurado e os equipamentos analíticos (cromatógrafo gasoso com espectrômetro de massa acoplado), instalados. O aditamento ao convênio deve-se à necessidade de conclusão de treinamento dos técnicos que atuarão no laboratório.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.5 . AÇÃO – 2B85 – Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental

2.3.2.5.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da geração e liberação de contaminantes ambientais e a sua gestão sustentável
Descrição	Viabilização da execução de projetos voltados à melhoria da qualidade ambiental, por meio da identificação de contaminantes químicos ambientais, inclusive os do setor petroquímico, bem como a criação de mecanismos normativos, econômicos e arranjos institucionais para o desenvolvimento e a implantação de projetos que se apresentarem viáveis.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria.
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.5.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.5.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projetos Apoiados	3	2

2.3.2.5.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2.639.859	2.109.198	530.661	530.661	530.661

2.3.2.5.3. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

1- Projeto Piloto para "Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos"

O Projeto de “**Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos**” contempla uma parceria entre o MMA, o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia, as federações das indústrias dos estados e os diferentes governos dos estados da Federação. Trata-se de dar sequência e continuidade às atividades do projeto piloto de minimização dos impactos gerados por resíduos perigosos, contemplando o gerenciamento ambientalmente adequado, aspectos econômicos e também de produção mais limpa.

Ao longo de 2009, cinco estados da Federação tiveram acesso às tecnologias de minimização da geração e dos impactos dos resíduos perigosos, a saber: Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT) e Amazonas (AM). O objetivo geral do projeto é promover a redução da contaminação e o controle dos riscos decorrentes da exposição a resíduos perigosos.

2 – Projeto – Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil como primeira etapa para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

A segunda fase do projeto GEF/PNUMA intitulado “Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação (NIP) no Brasil, como primeira etapa para implementar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)” aprovada em 2008, foi assinada no final de 2009 e tem o início de sua execução previsto para o princípio de 2010. O projeto prevê a realização de uma série de atividades que terão como resultado: inventários, estratégias, planos de ação e opções de gerenciamento de POPs.

Tal projeto teve a sua fase de Assistência Preparatória, com o objetivo de realização de um diagnóstico da situação atual do país em relação aos POPs, executada entre 2005 e 2007.

3- Programa Nacional para o Gerenciamento Integrado de Áreas Contaminadas

Como fruto do apoio ao gerenciamento integrado de áreas contaminadas tivemos a aprovação da Resolução Conama 420/09 que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

2.3.2.5.4. Avaliação dos Resultados

Os resultados, em se tratando do projeto de minimização dos impactos gerados por resíduos perigosos, foram positivos, pois deu-se sequência, durante o ano de 2009, à difusão do projeto para mais cinco estados e deseja-se uma expansão do projeto em 2010, contando com a inclusão de novos resíduos e eventuais estados não contemplados.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Foram realizados projetos de treinamento no tema de minimização de impacto gerado por três resíduos perigosos já analisados na sistemática do projeto piloto. Trata-se, pois, da divulgação da experiência do projeto piloto de minimização dos impactos gerados por resíduos perigosos que foi implementado em decorrência de uma cooperação técnica com a Agência Alemã GTZ e a celebração do convênio com o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL) apresentando, também, como elemento positivo, o fortalecimento das parcerias com o Ministério da Indústria e Comércio - MDIC e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

O projeto intitulado “Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação (NIP) no Brasil, como primeira etapa para implementar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)” foi assinado pelas Partes (MMA/PNUMA/ABC) em dezembro de 2009 e sua execução será iniciada em 2010.

Com relação ao projeto de apoio aos estados para o gerenciamento integrado de áreas contaminadas, mesmo tendo resultados significativos como a publicação da Resolução Conama 420/09 e a preparação para publicação dos produtos da fase preparatória do projeto de áreas contaminadas, devido a uma opção estratégica do MMA visando encontrar uma janela política adequada, a continuidade do projeto foi adiada.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.6. AÇÃO – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental

2.3.2.6.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras, em temas relacionados à qualidade ambiental.
Descrição	Serão estruturados e ministrados, inclusive para o setor de petróleo, cursos de atualização, formação e capacitação de técnicos que atuam em diferentes áreas de governo, do setor produtivo, não-governamentais e de agências financiadoras para que possam atuar, de forma mais efetiva, na proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Serão realizados também cursos, seminários e ciclo de palestras sobre temas específicos de outras áreas de atuação da Secretaria.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.6.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.6.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Técnicos Ambientais capacitados	300	2.488

2.3.2.6.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
441.242	358.118	83.124	83.124	83.124

2.3.2.6.3. Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências)

Apoio à realização dos Cursos:

1 – “Fomento à criação das Comissões Estaduais do P2R2”

Objetivo: reunir representantes dos órgãos ambientais, de saúde, defesa civil e corpo de bombeiros estaduais, além de setores da iniciativa privada e organizações sociais para capacitação na formação das Comissões Estaduais do P2R2 - CE-P2R2, essenciais para o sucesso do Plano P2R2. Durante a realização dos cursos também foram feitas visitas para articulação entre os setores técnicos e os gestores (especialmente Secretários e Presidentes dos órgãos estaduais executivos de meio ambiente), de forma a sensibilizá-los para a necessidade de criação das CE-P2R2.

Estas capacitações foram realizadas nos estados de Minas Gerais – 20 e 24 de julho; Pernambuco – 27 a 29 de julho; Mato Grosso do Sul – 11 a 14 de agosto; Rio de Janeiro – 11 a 13 de novembro; Espírito Santo – 30/11 a 01 de dezembro e São Paulo – 30/11 a 04/12, com média de 50 participantes cada.

2 – “Capacitação para Atuação Integrada no Estado de Alagoas em Casos de Desastres e Acidentes com Produtos Perigosos”

Objetivo: Disseminar conhecimentos específicos relacionados a desastres e acidentes através da integração das instituições na busca de: Minimizar o número de vítimas por desastres e acidentes; reduzir os riscos à saúde e ao meio ambiente; diminuir os gastos do poder público com atendimentos; evitar possíveis colapsos no sistema de saúde, Defesa Civil e meio ambiente; Subsidiar as equipes de saúde, meio ambiente, defesa civil e corpo de bombeiros nos trabalhos do P2R2 e na elaboração do projeto de Mapeamento de Áreas de Risco e desenvolvimento de Sistema de Informações Georeferenciadas do P2R2. Resultados esperados: Criação de um plano estratégico estadual integrado frente a desastres e acidentes capaz de responder a operacionalização de rotina para atuação integrada na interface de atuação dos órgãos fiscalizadores. Carga horária: 40 horas, com a presença de 50 participantes de vários setores envolvidos. (19 a 25/10/2009).

3 – I Encontro Nacional dos Coordenadores dos “Comitês de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais – COPAEMs do Ibama”

Objetivo: Capacitar os técnicos em barreiras de fiscalização do transporte de produtos perigosos e em resposta a derramamentos de óleo em águas interiores; Discutir e planejar ações preventivas e de preparação para resposta a acidentes; Analisar e discutir as ações dos COPAEMs e da CGEMA no ano de 2008; Identificar obstáculos às ações do IBAMA em emergências ambientais; Propor soluções para os problemas identificados. Carga horária: 40 horas, com a presença de 39 participantes (23 a 26/03/2009).

4 – “Curso de Atendimento às Emergências Químicas”

Objetivo: O curso visou dar sequência às ações de implementação da Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - SR- P2R2 LN e contou com a participação de diversas empresas e entidades do setor público e privado. Foi apoiado pela Companhia Ambiental de São Paulo – CETESB, sendo realizado no município de Caraguatatuba, litoral norte do estado de São Paulo. Carga horária: 40 horas, com a presença de 45 participantes (30/11 a 04/12/2009).

5 – Minicursos do Projeto 1 do “Programa de Tecnologia Limpa para Minimização dos Resíduos Perigosos”

Objetivos: Capacitar recursos humanos diretamente envolvidos com os resíduos perigosos, a fim de se obter um resultado mais efetivo nas ações de prevenção que possam ser empregadas para a não geração e minimização do resíduo, inclusive reciclagem, tratamento e disposição final, identificando as opções locais disponíveis para o gerenciamento ambientalmente adequado, contemplando os aspectos econômicos e de Produção Mais Limpa; Atender os objetivos enunciados na Convenção de Basiléia para uma gestão ambientalmente saudável de resíduos perigosos e outros resíduos sujeitos à Convenção; Reproduzir o Programa Piloto desenvolvido no âmbito da implementação das ações do Plano Estratégico da Convenção de Basiléia.

Cinco cursos sobre **Gestão de Fluidos de Usinagem** foram realizados em 2009. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foram capacitadas 544 pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado;

Cinco cursos sobre **Gestão de Óleo Lubrificante Automotivo Usado**. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foram capacitadas 562 pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado;

Cinco cursos sobre **Gestão de Resíduos em Tratamento de Superfície – Etapa Decapagem Ácida**. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foram capacitadas 554 pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado.

6 – Oficinas do Grupo de Monitoramento Permanente – GMP da Resolução CONAMA 362/2005.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Objetivo: Oficina Nacional de Capacitação de servidores de órgãos ambientais municipais e estaduais na Resolução CONAMA 362/2005 – Recolhimento, Coleta e Destinação Final de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – OLUC. Foram capacitados 394 técnicos dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; de Defesa Civil, corpos de bombeiros e de Universidades.

2.3.2.6.4. Avaliação dos Resultados

As capacitações, no âmbito do P2R2, são extremamente necessárias por se tratar de um tema em que os estados ainda estão iniciando sua atuação nas emergências. Desta forma, há uma grande carência de capacitação neste tema (pelos técnicos estaduais e federais), e os resultados para as atividades diárias dos técnicos é excelente, demandando cada vez mais a formulação de cursos por parte deste MMA. As capacitações, ainda, promoveram a divulgação do P2R2, como também a articulação institucional dos vários órgãos envolvidos com as emergências ambientais e integração dos setores privado e público, de acordo com o que estabelece o Plano P2R2.

Observando-se os resultados dos Minicursos do Projeto 1 do “Programa de Tecnologia Limpa para Minimização dos Resíduos Perigosos” percebe-se que o expressivo número de pessoas treinadas por meio desses minicursos se deve às parcerias com bastante êxito realizadas pelo MMA entre as Federações das Indústrias, os órgãos ambientais estaduais e alguns sindicatos locais, que auxiliaram na realização dos cursos em cada Estado. Essa forma de organização se provou adequada aos objetivos e ao público-alvo desse programa e as avaliações confirmam a importância dessa capacitação.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.7. AÇÃO – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo

2.3.2.7.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver, disponibilizar e aplicar alternativas tecnológicas que possibilitem a preservação, a recuperação e o monitoramento de áreas degradadas por incidentes de derramamentos de óleo causados pela indústria de petróleo.
Descrição	Realização de estudos/diagnósticos, normatização e regulação, elaboração de cartas/mapas e estruturação de base de dados georreferenciadas aplicadas ao desenvolvimento de estratégias para preservação ambiental, por meio de medidas de prevenção, controle, fiscalização e combate à poluição causada por lançamento de óleo, na escala de atuação do Plano Nacional de Contingência(PNC), incluindo suas peças estruturantes tais como os Planos de Área(PA) os Planos de Emergência Individual(PEI) e o Sistema de Informações sobre incidentes de Poluição por Óleo(SISNÓLEO). Ainda nessa vertente, pressupõe o desenvolvimento de estratégia de monitoramento sistemático como mecanismo de acompanhamento(recebimento, sistematização e disponibilização de informações) de qualidade ambiental e resposta a incidentes de derramamento de óleo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.7.2- Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.7.2.1 - Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Elaborado	3	1

2.3.2.7.2.2 - Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
863.495	561.817	301.678	301.678	301.678

2.3.2.7.2.3 - Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

Plano de Área: Desenvolvimento de proposta preliminar de metodologia para elaboração de Plano de Área relativo à prevenção, preparação e resposta a incidentes de derramamento de óleo na zona costeira e marinha, com a realização de oficina técnica, com a participação dos segmentos envolvidos (órgãos de meio ambiente, setores ligados às atividades petrolífera e/ou portuária).

Plano Nacional de Contingência: Retomada da articulação e discussão técnica com a Marinha do Brasil e o IBAMA para desenvolvimento do Plano Nacional de Contingência e respectivo decreto que o regulamenta.

Estruturação de uma proposta de modelagem de banco de dados ambientais relativo à indústria do petróleo, inicialmente a partir de uma cooperação técnica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

2.3.2.7.2.4 - Avaliação dos Resultados

Esse período destacou-se pela maior aproximação junto a outros setores para aprofundar a cooperação na definição dos produtos / instrumentos de caracterização e/ou prevenção frente às atividades da indústria do petróleo.

Além disso, foi estabelecido um esboço de planejamento para o tratamento do tema, a curto e médio prazos, envolvendo todo o segmento ambiental (MMA, IBAMA, ICMBio) e outras instituições afins (MCT, Marinha do Brasil, ANP, TCU e MPU).

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.8. AÇÃO – 2D05 – Promoção da Proteção da Atmosfera

2.3.2.8.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver um conjunto de indicadores para a identificação de tendências relativas a qualidade do ar, a eficácia das medidas de proteção à camada de ozônio e as emissões dos gases que promovem o efeito estufa, visando subsidiar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental.
Descrição	Elaboração de indicadores para acompanhar a qualidade do ar referente às fontes fixas, móveis e agrossilvopastoris, a partir da coleta e tratamento dos parâmetros previstos nas normas legais. Avaliação da redução de emissão de gases poluentes provenientes de veículos automotores, por meio de ações consubstanciadas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e potenciais melhoramentos desse programa. Utilização dos dados do Cadastro Técnico Federal do IBAMA para construir os indicadores de fontes fixas agrossilvopastoris e outros indicadores como, por exemplo, indicadores para acompanhar as emissões de gases de efeito estufa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
Coordenador Nacional da Ação	Branca Bastos Americano
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.8.2- Metas e Resultados da Ação no Exercício

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.8.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Indicador desenvolvido	1	1

2.3.2.8.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
491.146	174.669	316.477	316.477	316.477

2.3.2.8.2.3 - Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

A ampliação dos mecanismos de gestão da qualidade do ar, hoje incipientes no país, perpassa pela atualização/realinhamento dos marcos normativos de caráter nacional, sobretudo as resoluções do CONAMA que tratam do tema. Assim, em 2008, 2009 os esforços na condução e aperfeiçoamento das estratégias de melhoria de gestão, resultaram:

- Na publicação da Resolução CONAMA 415/2009 que "Dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos leves novos de uso rodoviário (Fase L-6) e dá outras providências".
- Na publicação da Resolução CONAMA 414/2009 que " Altera a resolução CONAMA nº 18, de 6 de maio de 1986, e reestrutura a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE-CAP, em seus objetivos , competência, composição e funcionamento."
- Na publicação da Resolução CONAMA 418/2009 que "Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular e para a implantação dos Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissões e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção dos veículos em uso.
- Na revisão da Resolução CONAMA 382/2006 que "Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas"
- Na elaboração do 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários
- No “Estudo sobre o tratamento da qualidade do ar no ordenamento jurídico brasileiro”
- Na “Avaliação do estado da arte sobre a gestão da qualidade do ar no Brasil”
- No estudo de “Valoração de custos à saúde associados à poluição do ar: Resultados obtidos com a metodologia de disposição a pagar”

2.3.2.8.2.4 - Avaliação dos Resultados

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Pode-se considerar que no universo das políticas públicas, a temática da gestão da qualidade do ar esteve limitada a fontes móveis, representadas por Programas como o PROCONVE, à exceção da revisão da Resolução 382/2006 do CONAMA que trata dos limites de emissão por fontes fixas, por ora em curso na Câmara Técnica Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA. No que trata de ações planejadas de médio e longo prazo, estudos de base estruturantes e fortalecimento institucional, que permitam aos Estados reorganizarem-se em torno desse tema, pouco foi feito no últimos anos. Ainda assim, algumas análises sobre as atividades desenvolvidas em- 2009 podem ser feitas:

- A Resolução 415/2009 que estabelece nova fase de exigência no controle da poluição oriunda dos veículos leves, trazendo ganhos importantes para a qualidade do ar,
- A reestruturação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE-CAP, responsável pela implantação das novas etapas e avaliações do Programa.
- A futura implantação dos Programas I/M pelos Estados e Municípios que permitirá o controle das emissões de poluentes pelos veículos em uso
- A revisão da resolução Conama 382/2006, também permitirá ampliar o espectro de ampliação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, uma vez que incorpora limites para novas fontes que são consideradas no marco regulatório em vigor.
- Os três estudos subseqüentes vêm preencher uma lacuna para a estruturação de políticas continuadas de gestão de qualidade do ar, e seu conjunto mostra um quadro de urgência na reestruturação de ações sistemáticas, que permita resgatar estratégias gerenciais, especialmente em um cenário de mudanças do clima, e seus efeitos sobre o ambiente e as populações.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.9. AÇÃO – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo

2.3.2.9.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos.
Descrição	A ação dará continuidade à execução do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas do Espírito Santo, Campos, Santos, Camamu-Almada, Cumuruxatiba, Mucuri, Jequitinhonha, Pará Maranhão e Barreirinhas, Foz do Amazonas e Pelotas, nos níveis estratégico, tático ou intermediário e operacional ou de detalhe. O mapeamento deverá atender a todos os graus de derramamento de óleo, desde grandes vazamentos em áreas remotas(oceânicas), passando por derramamentos de porte médio e alguma distância das instalações da indústria do petróleo(ao longo do litoral), até derrames localizados(em pontos específicos da costa).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.9.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.9.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Carta Produzida	3	2

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.9.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
429.126	234.762	194.364	194.364	194.364

2.3.2.9.3 Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

Cartas SAO: Continuidade na elaboração das Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das bacias marítimas do sul da Bahia (Jacuípe, Camamu-Almada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Mucuri) e do Espírito Santo. Finalização do mapeamento de sensibilidade ambiental das bacias marítimas de Sergipe-Alagoas / Pernambuco-Paraíba. O trabalho encontra-se na etapa gráfica: fase de revisão, edição, diagramação, impressão.

2.3.2.9.4. Avaliação dos Resultados

As diferentes modalidades de seleção e operacionalização para a elaboração das cartas de sensibilidade ambiental ao óleo (Cartas SAO), avaliadas à luz das experiências dos executores, indicaram a adoção de uma estratégia para finalização do Plano Cartográfico para o Mapeamento da Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo da zona costeira e marinha, por intermédio de uma proposta de Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2.3.2.10. AÇÃO – 8911 – Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas

2.3.2.10.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas, com foco na mitigação e adaptação.
Descrição	Desenvolvimento e implementação de um plano nacional de mudanças climáticas a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e incremento de absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidades e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima. Desenvolvimento e consolidação das informações relativas que contribuem para redução de emissões e absorção de gases de efeito estufa; Integração de informações e estudos sobre vulnerabilidade e adaptação; Identificação das lacunas de informação; Proposição de novas formas coordenadas de atuação; Inclusive modelo institucional de articulação; Promoção de avaliações regionais e setoriais para definição de prioridades, entre outras iniciativas; Identificação e promoção de iniciativas de intenção entre a Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Montreal (proteção da camada de ozônio); realização de estudos relacionados a vulnerabilidade e impactos na zona costeira e marinha frente à elevação do nível do mar.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Mudanças Climáticas Coordenação de Mudança do Clima e Sustentabilidade
Coordenador Nacional da Ação	Branca Bastos Americana
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.10.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.10.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano elaborado	7%	2,4%

2.3.2.10.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
3.000.000	2.335.528	664.472	663.516	663.516

2.3.2.10.3 Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências)

A nova estrutura da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ permitiu ao MMA assumir a liderança do processo de construção da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima que tem sua origem no Decreto nº 6.263/2007. Esse decreto instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM e estabeleceu a estratégia para a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

No final de 2008, foi lançado o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, dando continuidade ao processo iniciado com a publicação do Decreto nº 6.263/2007. Nesse documento, buscou-se organizar as ações em curso, reforçar medidas existentes e identificar novas oportunidades, estruturando-se em quatro eixos: i) mitigação ii) vulnerabilidade, impacto e adaptação; iii) pesquisa e desenvolvimento; e iv) capacitação e divulgação. Para garantir as ações, estão previstos instrumentos de ordem econômica, institucional e legal.

Durante o ano de 2009, procurou-se estabelecer estratégias de acompanhamento das ações previstas no Plano, bem como identificar e criar novas oportunidades.

Em dezembro de 2009, foi aprovada a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que apresenta o estabelecimento de metas voluntárias de redução de emissões de gases de efeito estufa. De acordo com a Lei 12187/2009, que instituiu a referida política, o Brasil reduzirá entre 36,1% e 38,9% sobre as estimativas de emissões de gases de efeito estufa previstas para 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Como instrumento fundamental da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, foi aprovada a lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC (Lei 12114/2009), a ser destinado ao financiamento de empreendimentos e apoio a projetos e estudos que visem à mitigação e à adaptação à Mudança do Clima. Para tanto, houve alterações na destinação dos recursos de que trata o inciso II do §2º do art. 50 da Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997.

2.3.2.10.4. Avaliação dos Resultados

É relevante notar que a finalidade da ação é desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas. Nesse sentido, entre outros elementos, a descrição da ação prevê o desenvolvimento e a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e o incremento da absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidades e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima.

O desenvolvimento do PNMC vem acontecendo e nas próximas fases, deverão ser incluídos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os estados da federação, destinados a garantir que os objetivos possam ser alcançados.

Do ponto de vista político, a ação permitiu alcançar resultados relevantes, pois foram elaborados três instrumentos normativos (Lei 12187/2009, Lei 12114/2009 e Plano Nacional sobre Mudança do Clima) que refletem os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto da Convenção sobre Mudança do Clima, particularmente aqueles associados ao Artigo 1.1b, que estabelece:

“Todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem formular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas nacionais e, conforme o caso, regionais, que incluam medidas para mitigar a mudança do clima, enfrentando as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, bem como medidas para permitir adaptação adequada à mudança do clima.”

Todo o arcabouço estratégico dos documentos em referência procuram dar prosseguimento à implementação dos demais compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do art. 4.1 da Convenção.

O ano de 2009 caracterizou-se pelo intenso processo preparatório para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, que culminou com a apresentação do Brasil de seu compromisso de redução voluntária de emissões de gases de efeito estufa. Por esse compromisso, o País deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% sobre as estimativas de emissões previstas para 2020.

O detalhamento das ações para alcance desta meta deverão ser apresentados tanto no Decreto que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima quanto na próxima versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, ambos a serem lançados em 2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

A construção do compromisso apresentado pelo Brasil em Copenhague exigiu uma estratégia de articulação muito forte com os órgãos de governo envolvidos e a sociedade como um todo, materializada em diversas reuniões. Como resultado, os esforços estiveram concentrados na formulação das metas, e a estratégia de acompanhamento das ações do Plano restou prejudicada, não tendo sido possível apresentá-la em 2009.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.11. AÇÃO – 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

2.3.2.11.1 – Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9(Ação Civil Pública) em que a União é ré solidária com Empresas de Mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em 18 de abril de 2006, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº 93.80000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às Empresas Carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação ambiental da região de Santa Catarina, para os passivos arrolados na Ação Civil Pública, que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.
Descrição	Promoção de forma progressiva da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da “proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota e Cobertura do solo e plano de Monitoramento destes Indicadores, Incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores”. Esta proposta obteve adesão da União e das empresas rés. Sendo homologada pela Justiça Federal em 29 de março de 2007.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.3.2.11.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.11.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Implantado	11/%	11%

2.3.2.11.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
139.400	-	139.400	103.378	103.378

2.3.2.11.3 Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

2ª etapa do monitoramento dos indicadores ambientais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, biota e cobertura do solo da recuperação dos passivos ambientais da bacia carbonífera de Santa Catarina, conforme Plano de Trabalho estabelecido entre a SMCQ/MMA e a CPRM e constante no Processo Nº 02000.002241/2009-65.

A finalidade de tal ação é subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em abril de 2006 e ratificada pelo Supremo Tribunal de Justiça em maio de 2008, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº. 93.8000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às empresas carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação dos passivos ambientais arrolados e que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.

2.3.2.11.4. Avaliação dos Resultados

A descentralização de crédito e o repasse financeiro referidos, compõem a 2ª etapa da promoção de forma progressiva (2008 a 2014) da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da “Proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota, Cobertura do Solo e Plano de Monitoramento destes Indicadores, incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores”, que obteve adesão da União e das empresas rés e que foi homologada pela Justiça Federal em Criciúma em 29 de março de 2006.

A mesma é composta das seguintes especificações que serão apresentadas à SMCQ/MMA pela CPRM, através de relatório de execução físico-financeira e prestação de contas, dentro do período de execução do cronograma de desembolso que está estabelecido de novembro de 2009 a março de 2010:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

1. Gerar subsídios para avaliar a recuperação ambiental das áreas afetadas pela atividade de mineração de carvão no sul de Santa Catarina;
2. Dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade das águas de rios, córregos e das bocas de minas abandonadas com drenagem ácida;
3. Iniciar o monitoramento dos sistemas aquíferos, propiciando o conhecimento da realidade atual da qualidade das águas subterrâneas;
4. Estabelecer as cargas de poluição dos rios e das bocas de minas com drenagem ácida afetadas pela mineração de carvão nas bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão;
5. Criar modelos que possam prever a qualidade das águas diante de vários cenários: recuperação, abandono de áreas, introdução de novas fontes de poluição;
6. Gerar informações sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas para subsidiar o Enquadramento de Águas a ser definido pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (Araranguá, Tubarão e Urussanga);
7. Difundir o conhecimento da qualidade das águas, propiciando a implantação de Programas de Educação Ambiental;
8. Estabelecer bioindicadores para a recuperação de áreas degradadas;
9. Gerar informações sobre a evolução da recuperação das áreas degradadas para a análise do GTA Grupo Técnico de Assessoramento da Execução da Sentença.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 – Programação Orçamentária

2.4.1.1 – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código Siafi da UGO
Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta	44101	440002

2.4.1.2 – Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1- Pessoal e Encargos		2- Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	-	-	-	-	13.870.151	16.269.205
Orçamento Aprovado	-	-	-	-	17.061.848	9.640.680
Orçamento Reformulado	-	-	-	-	18.184.496	16.269.205
Total	-	-	-	-		-

2.4.1.3 – Programação das Despesas Capital

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Origem dos Créditos Orçamentários	4- Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	-	-	-	-	543.000	782.845
Orçamento Aprovado	-	-	-	-	2.143.000	782.845
Orçamento Reformulado	-	-	-	-	15.350.788	782.845
Total	-	-	-	-	-	-

2.4.1.4 – Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas correntes		Despesas de Capital	
	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	13.870.151	16.269.205	543.000	782.845
Orçamento Aprovado	17.061.848	9.640.680	2.143.000	782.845
Orçamento Reformulado	18.184.496	16.269.205	15.350.788	782.845
Total	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.4.1.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebida	440002	18.122.1346.2272.0001	-	-	498.632
		440002	18.128.1346.2B87.0001	-	-	50.471
		440002	18.541.0794.6642.0001	-	-	119.155
		440002	18.542.1346.1C49.0001	-	-	166.955
		440002	18.542.1346.2B85.0001	-	-	390.941
		440002	18.542.1346.2D05.0001	-	-	118.345
		440002	18.542.1346.6635.0001	-	-	150.000
		440002	18.542.1346.6834.0001	-	-	318.296
		440002	18.542.1346.8496.0001	-	-	1.019.630
		440002	18.543.1346.2B88.0001	-	-	300.000
		440040	18.542.0512.8896.0001	-	-	100.000
	Concedida	440001	18.122.1346.2272.0001	-	-	541.831
		440001	18.128.1346.2B87.0001	-	-	32.653
		440001	18.541.0794.6642.0001	-	-	63.276
		440001	18.542.1346.1C49.0001	-	-	345.538
		440001	18.542.1346.2B85.0001	-	-	139.720
		440001	18.542.1346.2D05.0001	-	-	198.131
		440001	18.542.1346.6635.0001	-	-	44.364
		440001	18.542.1346.6834.0001	-	-	1.259.114
		440001	18.542.1346.8911.0001	-	-	664.472
		440001	18.543.1346.2B88.0001	-	-	1.678
Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebida	440002	18.542.1346.8496.0001	-	-	290.000
	Concedida	-	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Recebida	170011	04.127.0794.8676.0001	-	-	564.000
	Concedida	495001	18.543.1346.10TT.0042	-	-	96.015
Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Externa	Recebida	-	-	-	-	-
	Concedida	495001	18.543.1346.10TT.0042	-	-	42.845

2.4.1.6 – Análise dos Resultados obtidos com os Recursos da Movimentação Recebida Externa

Resultados

- Continuidade das atividades de fortalecimento e capacitação das Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla, mediante a realização de seis oficinas nos estados (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará, Sergipe, Ceará e Pernambuco), a partir destas oficinas foram definidas as agendas estaduais de implementação do projeto;
- Realizada uma videoconferência para avaliação das oficinas, com recomendações para aprimoramento da metodologia nas próximas oficinas (nos 08 estados ainda não atendidos) e para definição de estratégia para a construção da rede do Projeto Orla que contará com novas videoconferências;
- 12 estados (PA, CE, RN, PB, PE, AL, BA, ES, RJ e SC) com decreto estadual institucionalizando a sua respectiva Comissão técnica Estadual do Projeto Orla;
- Realizada 03 Oficinas Estaduais de Mobilização do Projeto Orla (Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará e Alagoas), com objetivo de sensibilizar e orientar sobre as ações para de implantação, desenvolvimento e monitoramento dos Planos de Gestão Integrada da Orla dos Municípios;
- Realizada a oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla em 12 municípios costeiros (Aquiraz/CE, Entre Rios/BA, Itamaracá/PE, Niterói/RJ, Conde/PB, Mataracá/PB, Lucena/PB, Natal/RN, Parnamirim/RN, Nisia Floresta/RN, Extremoz/RN e Ceará Mirim/RN);
- Realizada videoconferência com estados costeiros para tratar de acesso a recursos para implementação das fases do Projeto Orla.

Avaliação dos Resultados

O Projeto Orla vem cumprindo um papel importante na definição e implementação de políticas públicas voltadas à gestão compartilhada da orla marítima. A sua efetividade depende do fortale-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

cimento da capacidade de articulação dos diferentes atores e instituições envolvidas. Portanto, considera-se um grande avanço a institucionalização das Comissões Técnicas Estaduais (CTEs), responsáveis por articular e contribuir na harmonização de políticas estaduais atuantes na orla. A partir da experiência aprendida no processo de capacitação de nove CTEs, identifica-se como os principais aspectos a serem considerados para a sustentabilidade do projeto: comunicação, articulação e liderança.

A formação e fortalecimento da rede do Projeto Orla também vem apresentando avanços a partir das videoconferências temáticas com os estados costeiros, com a participação dos gestores estaduais e municipais, demonstrando o comprometimento com a política de desenvolvimento sustentável ora implantada.

2.4.2 – Execução Orçamentária

2.4.2.1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código PPA: 1346		Denominação:Qualidade Ambiental				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.076.585	16.482.671	6.598.482	3.845.453	2.753.029	3.845.453	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio- CFCs (tonelada)	31/12/2003	4.000,00	100,00	180,00	290,41
Fórmula de Cálculo do Índice						
Consumo CFCs (t PDO) = ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída). Esse Valor é obtido em toneladas PDO ou seja Toneladas de Potencial de Destruição da Camada de Ozônio. Cada CFC possui o seu fator PDO que multiplicado pela quantidade de toneladas						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

métricas permite a obtenção do valor do consumo do país em tonelada PDO.

Análise do Resultado Alcançado

Os dados finais do Consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e/ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, os dados apresentados serão divulgados em maio de 2010, são referentes ao exercício de 2009.

Durante o ano de 2008, o consumo final de CFCs foi de 290,41 toneladas PDO. Para o ano de 2009 espera-se que o consumo de CFCs no Brasil seja no máximo de 74 toneladas, alcançando a eliminação total em 2010, conforme meta assumida pelo Governo brasileiro junto ao Protocolo de Montreal.

Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – HCFCs (tonelada)	30/04/2007	874,40	1.167,70	1.010,50	1.810,40

Fórmula de Cálculo do Índice

Consumo HCFCs (t PDO) = Somatório da ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída) x PDO de cada substância.

Para o cálculo desse indicador levou-se em consideração todos os HCFCs (HCFC 22, HCFC 141b, HCFC 142b, HCFC 123, HCFC 124, HCFC 225).

Análise do Resultado Alcançado

Os HCFCs são considerados substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs. Atualmente o Protocolo de Montreal estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global. Para o ano de 2008, o consumo final de HCFCs foi de 1810,43 toneladas PDO. Para o ano de 2009 o máximo esperado é de 1.600,00 toneladas PDO.

Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
03	Número de empreendimentos de infraestrutura sem licença de	30/06/2004	440,00	10,00	30,00	59,00

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

	operação (unidade)					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de empreendimentos de infra-estrutura operando sem licença de operação.						
Análise do Resultado Alcançado						
O indicador considera o número de empreendimentos de infra-estrutura (sistemas de transmissão, usinas hidroelétricas, portos marítimos, rodovias federais) que atualmente operam sem licença de operação (LO), e que, conforme a legislação ambiental, devem regularizar sua situação junto aos órgãos de meio ambiente. O Ibama vem tentando regularizar esta situação realizando reuniões de ajuste para definição de soluções para regularidade e aumentando o efetivo de analistas.						
Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
04	Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável – PM10 (unidade)	03/11/2006	461,00	250,00	300,00	379,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
$NVPD_{PM10} = NVPD_{RMSP+Cubatão} + NVPD_{RMRJ + Baixada Fluminense} + NVPD_{RMPOA} + NVPD_{RMBH} + NVPD_{RMC}$						
Análise do Resultado Alcançado						
O aumento do número de violações do padrão primário de material particulado inalável(PM10) pode ser atribuído aos dados fornecidos pelo INEA para a Baixada Fluminense, notadamente as estações de monitoramento de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento, localizadas próximas a polos industriais. A redução quase pela metade do número de violações para o ozônio estratosférico no indicador, em parte pode ser explicada pela ausência dos dados para a região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Em que pese a ausência dos dados em questão, chama-nos a atenção o número elevado de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo, o que atinge mais de 10 % da população brasileira. Apesar dos índices de material particulado ainda serem elevados em determinadas regiões, o ozônio é hoje a principal preocupação dos gestores públicos que monitoram a qualidade do ar das grandes cidades, apesar dos avanços do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, legislação federal sobre emissões veiculares/PROCONVE. Trata-se de um poluente secundário, cujos precursores são dióxido de nitrogênio, cuja principal fonte são os veículos pesados, e os hidrocarbonetos, oriundos das emissões veiculares e também industriais, sendo a indústria petroquímica uma importante fonte emissora dessa família de poluentes. Tal fato se verifica claramente nos níveis de ozônio medidos nas regiões metropolitanas que concentram grande número de veículos, bem como nas regiões mais industrializadas. Apesar das recentes ações governamentais, entre elas os avanços do PROCONVE, cuja fase L6 foi recentemente aprovada pela Resolução CONAMA N° 415, de 24 de setembro de 2009, que prevê reduções de até 66% de NOx para veículos leves de passageiros e com entrada em vigor no ano de 2014, verifica-se						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

que medidas mais intensas ainda devem ser tomadas para redução deste poluente. Entre elas está a implementação do Programas de Inspeção e Manutenção Veicular (Programas I/M), cuja consolidação das diversas Resoluções que tratavam da matéria, se deu através da Resolução CONAMA Nº 418, de 25 de novembro de 2009, que irá incrementar as ações de controle e monitoramento da poluição causada por veículos em uso. Sob este aspecto, cabe ao MMA, nos próximos anos, desempenhar um papel estratégico no tocante à consolidação das políticas públicas de controle da poluição veicular, prestando apoio técnico institucional e financeiro ao estados-membros e municípios na elaboração do Planos de Controle de Poluição Veicular -PCPV. Trata-se de instrumento exigido pela legislação previamente à implantação do Programas I/M por aqueles membros federados. Ressalte-se que também se encontra em curso o inventário nacional de fontes móveis, que possibilitará a elaboração de diagnósticos mais precisos sobre a poluição por fontes móveis.

No tocante a poluição gerada por fontes fixas, a demanda de crescimento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas), requerem medidas ainda mais intensas no sentido do controle da poluição atmosférica.

2.4.2.2- Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	152.128	168.311	152.128	168.311
Outros*	8.421.756	6.509.214	8.421.756	6.509.214

* Execução nas Unidades Gestoras 440031 e 440001

2.4.2.3- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
1- Despesas de Pessoal		
-	-	-
2- Juros e Encargos da Dívida		

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

-	-	-
3- Outras Despesas Correntes		
3330.41	370.740,00	1.019.630,12
3380.39	3.242.589,63	1.512.162,62
3390.04	2.728.413,23	2.585.214,28
3390.08	6.197,75	3.253,75
3390.14	152.128,17	168.311,38
3390.30	12.137,00	0,00
3390.33	233.500,00	383.500,00
3390.36	2.429,33	14.466,30
3390.37	367.724,48	384.241,89
3390.39	1.100.923,30	121.102,94
3390.46	59.288,33	55.643,24
3390.49	2.808,06	2.385,00
3390.92	480,00	537,30
3390.93	103.730,00	137.087,02
Total *	8.383.089,28	6.387.535,84

2.4.2.4 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Recebidos da UJ

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
4- Investimentos		
Não se Aplica		
5- Inversões Financeiras		
Não se Aplica		
6- Outras Despesas de Capital		
4430.41	160.200,00	289.999,46
4490.52	30.595,00	0,00
Total*	190.795,00	289.999,46

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.4.3 – Evolução dos Gastos

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	161.042,11	226.420,56	383.500,00
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	112.109,70	152.128,17	168.311,38
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação			
3.3. Tecnologia da Informação			
3.4. Outras Terceirizações**	496.018,88	367.724,48	384.241,89
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL			
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS			
TOTAIS *	769.170,69	746.273,21	936.053,27

* Execução nas Unidades Gestoras 440031 e 440001

**Pessoal de apoio administrativo.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

2.4.4 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de ação	Prioridade	Unid. de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Previs-ta	Meta Rea-lizada	Meta a ser reali-zada em 2010	Meta Pre-vista	Meta Rea-lizada	Meta a ser realizada em 2010
18	122	1346	2272	Atividade	4	-	-	-	-	1.261.028	1.011.240	1.536.311,00
18	542	1346	2B85	Atividade	4	Projeto apoiado	03	02	02	2.639.859	530.661	3.007.718
18	128	1346	2B87	Atividade	4	Técnico capacitado	300	2.488	263	441.242	83.124	528.676
18	543	1346	2B88	Atividade	4	Plano elaborado	03	01	03	863.495	301.678	821.690
18	542	1346	2D05	Atividade	4	Indicador desenvolvido	01	01	01	491.146	316.477	493.012
18	542	1346	6635	Atividade	4	Carta produzida	03	02	03	429.126	194.364	628.676
18	542	1346	8342	Atividade	4	Instrumento aperfeiçoado	12	09	18	5.074.506	1.571.922	4.223.153
18	542	1346	8496	Atividade	4	Projeto apoiado	02	02	02	1.316.388	1.309.630	1.450.366
18	542	1346	8911	Atividade	4	Plano elaborado	7%	2,4%	8%	3.000.000	663.516	2.093.745
18	543	1346	10TT	Projeto	4	Plano Implantado	11%	11%	16%	139.400	103.378	213.204
18	542	1346	1C49	Projeto	4	Sistema implantado	16%	16%	9%	610.185	512.493	575.183

2.4.5 – Indicadores de Desempenho

A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental vem desenvolvendo suas atividades de forma a alcançar a melhoria da qualidade do meio ambiente, por meio do monitoramento e o controle ambiental.

No que se refere ao Licenciamento ambiental, durante o exercício 2009 foram desenvolvidos novos instrumentos de Avaliação Ambiental Estratégica, pode-se dizer que a implementação das atividades está possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e IBAMA, por conseguinte da gestão ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Ainda no âmbito do Licenciamento Ambiental destaca-se a participação do MMA no Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia – MME, com vistas à melhoria da gestão ambiental com foco no aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.

Dando continuidade à estratégia de implementação das Convenções destacam-se: na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs no Brasil, em 2009, o MMA obteve recursos do Global Environment Facility – GEF, com aprovação de dois projetos que permitirão a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o desenvolvimento da capacidade do país de gerenciar POPs e Bifenilas Policloradas - PCBs, sobre a Convenção de Roterdã - PIC destaca-se, com relação ao asbesto/amianto, a publicação da Portaria MMA nº. 43, de 2009, que dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto.

Tem-se investido na capacitação dos órgãos ambientais para o Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com produtos perigosos visando definir mecanismos de prevenção e atendimento de ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos. Sobre o Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo, encontra-se em andamento, com previsão para conclusão em 2010, o mapeamento nas Bacias de Sergipe–Alagoas / Pernambuco–Paraíba, nas bacias do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu–Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri), e na Bacia do Espírito Santo, todos no âmbito do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange 9(nove) agrupamentos de bacias sedimentares marítimas. Foi inaugurado o 1º Laboratório público brasileiro, na área de meio ambiente, com capacidade para a análise de dioxinas e furanos, resultado de convênio firmado entre o MMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Foi finalizada em 2009 a primeira fase do Programa de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes- RETP, que é um sistema de levantamento, tratamento e divulgação pública e gratuita de emissões e transferências de substâncias e produtos que causam ou têm potencial para causarem danos ou riscos ao meio ambiente e à saúde humana. O RETP contemplará informações sobre emissões de poluentes ao ar, água e solo, assim como dados sobre resíduos transportados para outras áreas de tratamento e disposição final. Os dados inicialmente virão de fontes pontuais (como as indústrias) e, futuramente poderá incorporar também fontes difusas (como transporte ou operações agrícolas).

Com relação à atuação do MMA para proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, destacam-se a aprovação dos projetos de que tratam da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima foram aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente da República no ano de 2009. A Política Nacional sobre Mudança do Clima Lei nº 12.187/2009 apresenta dois objetivos

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

principais: (i) reduzir as emissões e fortalecer as remoções de gases de efeito estufa no território nacional, assumindo o compromisso de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases do efeito estufa, entre 36,1% e 38,9%; (ii) definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima. Como instrumento da Política, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima Lei nº 12.114/2009 terá recursos oriundos da participação especial da receita da produção de petróleo e será destinado para o financiamento de empreendimentos e apoio a projetos e/ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à Mudança do Clima.

3 - Informações sobre a Composição de Recursos Humanos (Não se Aplica)

4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Não se Aplica)

5 - Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGO	A PAGAR
2009	Não se Aplica			
2008				
2007				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGO	A PAGAR
2009	1.889.039,66	8.122,26	1.747.917,40	133.000,00
2008	819.288,04	25.043,33	499.244,71	295.000,00
2007	1.245.385,79	314.977,43	930.408,36	0,00

6 - Informações sobre Transferências(recebidas e realizadas)

Quadro de Detalhamento de Transferências								
Concedente: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental								
UJ/CNPJ: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / 37.115.375/0005-30								
Tipo	Conveniente	Valor Pactu-ado	Contrapartida Pactuada	Repasse To-tal até o exercício	Repasse no Exercício	Vigência		Situação
						Início	Fim	
4	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	139	-	139	139	11/2009	03/2010	Adimplente
1	Secretaria de Estado de Governo do Mato Grosso do SulCNPJ: 03.216.036/0001-03	791	79	-	-	30/12/09	30/11/11	Adimplente
1	Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINSCNPJ: 33.195.942/0001-21	758	85	-	-	30/12/09	08/2011	Adimplente
4	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRMCNPJ: 00.091.652/0001-89	185	-	185	-	30/10/08	31/03/09	Adimplente
1	Agência Estadual e Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRHCNPJ: 06.052.204/0001-52	624	126	498	-	28/12/08	30/12/09	Adimplente
1	Fundação de Apoio à Pesquisa e Ex-	929	84	845	-	30/12/05	30/06/09	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

	tensão – FAPEXCNPJ: 14.645.162.0001-91							
1	Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDE- MACNPJ: 08.329.849/0001-15	599	68	531	398	31/12/08	30/06/10	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

7 - Previdência Complementar Patrocinada (Não se Aplica)

8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas financiados com Recursos Externos(Não se Aplica)

9 - Renúncia Tributária (Não se Aplica)

10 - Operações de Fundos(Não se Aplica)

11A - Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

<i>DOCUMENTO</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES</i>	<i>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</i>	<i>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</i>
Ofício nº 4937/2009-DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR	CGU/SFC/DI DIAMB	Encaminha Relatório Preliminar nº 221984, que contém fatos passíveis de registro no relatório anual de contas do exercício de 2008, enviar outras informações e esclarecimentos que não tenham sido apresentados à equipe de auditoria durante os trabalhos de campo.	Encaminha Relatório de Progresso referente ao período: 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 e duas vias originais do Statement of Cash Position, devidamente assinadas.	Ofício nº 040/2009/GAB/SMCQ, de 18/02/2009.
Ofício nº 8337/2009-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	DI	Solicita cópia do processo referente ao convênio 2001CV000111-SQA	Envia cópia do processo 02000.009104/2001-02.	Ofício nº79/2009-SMCQ/GAB
Ofício nº 10.738/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR	DP	Solicita revisão do registro da situação no SIAFI, referente ao convênio 2001CV000111-SQA.	Em 22/10/2007, a prefeitura encontrava-se em situação de inadimplência, data em que foi procedida a suspensão da inadimplência, em atendimento à determinação judicial recebida da Justiça Federal de 1ª Instância, pelo Ofício nº 2288/2007-DICOM/CGJU/PUAM/AGU; Em 07/11/2007 foi retirada da inadimplência tendo em vista a decisão da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, enviada por meio do Ofício nº 2379/2007/AGU/PUAM/DICCOM/ILM. No SIAFI quando se efetua a retirada de inadimplência o convênio volta para a situação de “A COMPROVAR”, e assim é necessário mais um lançamento para que fique na situação de “A APROVAR”, já que não existe a própria opção de retirada .	Ofício nº 128/2009-GAB/SMCQ

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Ofício nº 27139/2009-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	DI	Solicita informações referente a situação do Convênio 2001CV000111-SQA	Informa que por meio do Ofício 128/2009-SMCQ/GAB, de 13/05/2009, foi comunicado ao Diretor de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho da SFC, as razões pelas quais o convênio em questão encontra-se na situação de aprovar.	Ofício nº 291/2009-SMCQ/GAB, de 25/09/2009
Ofício nº 29614/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR		Solicita parecer conclusivo,e /ou se for o caso , a Tomada de Contas Especial relativa aos recursos transferidos à Prefeitura Municipal de Coari/AM, SIAFI 430050, com vistas ao atendimento da determinação contida no Acórdão nº 1599/2008-2ª Câmara.	Informa que foi instaurada a Tomada de Contas Especial referente ao convênio 2001CV000111-SQA, conforme processo 02000.000314/2008-01.	Ofício nº 294/2009-SMCQ/GAB
Ofício nº 24185/2009-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	DI	Considerações sobre os relatórios CGU nº227478 e 227479, PNUD /BRA/05/022 e Acordo de Doação TF 5528. Apresentar comprovante de devolução para pagamento em duplicidade (R\$82,20), referente a ressarcimento ao Dércio, lançado duas vezes no Sistema ATLAS(primeira vez junto com a fatura das passagens nº 00025991, e na segunda vez, somente a taxa , nº 00041102). Tal fato não comprometeu as Solicitações de Desembolso nem a Demonstração financeira. Porém, a devolução e a respectiva taxa de administração cobrada pelo PNUD, deverá ocorrer como se fosse paga com recursos de contrapartida. Apresente fatura de pagamento à Empresa Self Comunicação /Business do Brasil Comunicação Ltda, referente a publicação	Foi encaminhado cópia da nota enviada pelo PNUD no dia 01/09/2009, onde consta o comprovante de depósito do pagamento realizado em duplicidade.Segundo o PNUD, a contabilização foi feita no mesmo dia e no dia seguinte já deveria constar no sistema. Depois disso, o PNUD ficou de informar o saldo remanescente, calculado com base na taxa cambial de setembro(R\$1,83). Com essa informação , a GRU poderá ser emitida. No que diz respeito à segunda via da fatura nº 3269, de R\$ 13.984,00, da Self Comunicação, o PNUD informou que ainda não havia recebido a segunda via até o momento, apesar dos reiterados pedidos que vêm sendo feitos desde 10 de julho. O PNUD informa ainda estar envidando esforços para obtê-la o quanto antes.	Ofício 267/2009-GAB/SMCQ, de 04/09/2009

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

		no jornal O Globo do Aviso de Manifestação de Interesse nº 26, em 02/05/2007, no valor de R\$ 13.984,00.		
Ofício nº 29858/2009-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR Ofício nº 32490/2009-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	DI	Apresente a fatura de pagamento à empresa Self Comunicação/Business do Brasil Comunicação Ltda, referente a publicação no jornal O Globo do Aviso de Manifestação de Interesse nº 26, em 02/05/2007, no valor de R\$ 13.984,00 no prazo de 30 dias, a contar de 10/07/2009, assim como, evidências da publicação do referido aviso no jornal O Globo a época.Caso contrário, efetue a devolução do valor do MMA.	Encaminha nota fiscal nº 3269, Self Comunicação Business do Brasil comunicação Ltda, valor de R\$13.984,00.	Ofício nº 296/2009/GAB/SMCQ

11B - Determinações e Recomendações do TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
01	014.954/2007-0			Diligência	Of. nº 1975/2008-TCU/SECEX-MG 2ª DT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Conclusão da Prestação de contas referente ao Convênio 2000CV0000054					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Instauração de Tomada de Contas Especial.					
Síntese dos resultados obtidos					
Instaurado processo de Tomada de Contas Especial, conforme processo 0200.001050/2009-86.					
Foi informado a instauração da TCE ao Tribunal de Contas da União/SECEX -MG 2ª DT, por meio do Ofício nº 216/2009-SMCQ/GAB, de 23/07/2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Reparação de dano ao erário.					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
02	032.766/2008-6			Diligência	Of. nº 1/2009-1975/2008-TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita cópia da documentação referente a prestação de contas parcial e final apresentada pelo Conveniente - Convênio 2000CV000121.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Cópia da documentação enviada por meio do Ofício 99/2009-SMCQ/GAB, de 13/04/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
03	032.766/2008-6			Diligência	Of. nº 1975/2008-TCU/SECEX-MG 2ª DT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita esclarecimentos referente a não aprovação da prestação de contas; identificação dos responsáveis e qualificação do dano, bem como apresentar o valor do débito relativo a cada um dos responsáveis em função do não atingimento dos objetivos avençados ou da impugnação de despesas, Convênio 2000CV0000121					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
A documentação foi reanalisada e prestados esclarecimentos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Esclarecimentos enviados por meio do Ofício 252/2009-SMCQ/GAB , de 21/08/2009, a TCU/SECEX – 8.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
04	026.099/2008-3			Comunicação	Of. nº 205/2009 - TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita comentários sobre o relatório de auditoria de natureza operacional realizada , no período de 13/10 a 12/12/2008, com o objetivo de verificar em que medida as ações da Administração Pública Federal estão promovendo a mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região da Amazônia Legal.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Nota Técnica nº 18/2009/SMCQ/DEMC/CMCS, de 22/06/2009, com o objetivo de analisar as recomendações que dizem respeito ao MMA, em especial à mudança do clima e ao Plano Nacional sobre Mudanças do Clima.					
Síntese dos resultados obtidos					
Sugere o encaminhamento da versão final do Relatório , após apreciação do colegiado do TCU, aos membros do CIM e do Gex. Ressalta que não há necessidade de apresentar comentários ao conteúdo do relatório.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
05	026.061/208-6	2462/2009-Plenário		Comunicação	Of. nº 137/2009 -TCU /SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita comentários sobre o relatório de auditoria de natureza operacional realizada , no período de 01/09 a 26/09/2008, com o objetivo de verificar em que medida as ações do Governo Federal dirigidas à segurança hídrica no semiárido brasileiro , considerando os cenários das mudanças climáticas.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Nota Técnica nº 13/2009/SMCQ/DEMC/CMCS, de 29/05/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ressalta não ser necessário apresentar comentários ao conteúdo do relatório.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
06	026.133/2008-7			Comunicação	Of. nº 151/2009 -TCU /SECEX 8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita comentários sobre o relatório de auditoria de natureza operacional realizada , no período de 06/10 a 31/10/2008, com o objetivo de verificar em que medida as ações da Administração Pública Federal estão promovendo a adaptação da agropecuária aos cenários de mudança do clima.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Nota Técnica nº 17/2009/SMCQ/DEMC/CMCS, de 01/06/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Destaca a recomendação feita ao CIM para que monitore a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Esclarece que está sendo traçada, no âmbito do Grupo Executivo do CIM, estratégia para a efetiva implementação e monitoramento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
07	026.099/2008-3	2293/2009-TCU		Comunicação	Of. nº 507/2009 -TCU /SECEX 8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL					38336
Descrição da deliberação					
Para conhecimento cópia do Acórdão nº 2293/209-TCU – Plenário, com o objetivo de avaliar as ações do Governo Federal para mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região de florestas da Amazônia Legal.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Tomado conhecimento					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
SSecretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
08	026.099/2008-3	2293/2009-TCU		Comunicação	Of. nº 504/2009 -TCU /SECEX 8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Para conhecimento cópia do Acórdão nº 2293/209-TCU – Plenário, com o objetivo de avaliar as ações do Governo Federal para mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região de florestas da Amazônia Legal.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Tomado conhecimento					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
09	026.158/2008-6	2354/2009-TCU		Comunicação	Of. nº 494//2009 -TCU /SECEX 8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Para conhecimento cópia do Acórdão nº 2354/209-TCU – Plenário, com o objetivo de avaliar as ações do governamentais destinadas às Zonas Costeiras Brasileiras.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
10	021.247/2008-5			Diligência	Of. nº 206/2009-TCU /SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
Solicita manifestação, caso necessário, referente a minuta do Relatório de Auditoria Operacional sobre o Tema de Maior Significância Segurança Energética.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Relatório em análise					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
11	026.098/2006-0	2164/2008-TCU - Plenário	9.3/9.3.1, 9.3.2 e 9.7	comunicação	Of. nº 379/2008-TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Descrição da deliberação					
9.3. recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que: 9.3.1. articule-se com o Ministério de Minas e Energia e a Comissão de Monitoramento do Plano Plurianual do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para estabelecer diretrizes para a realização de avaliações ambientais estratégicas dos projetos de grande vulto do setor elétrico; 9.3.2. avalie a conveniência e a oportunidade de considerar os gases de efeito estufa no contexto do licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico, de modo a estabelecer um padrão objetivo para definir compensações ambientais associadas;					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					
Quanto ao item 9.3.1 , esclarece-se que , a partir de 1999, o MMA realizou diversas atividades relacionadas à inserção da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE como instrumento balizador da formulação de políticas públicas, notadamente para os setores de desenvolvimento econômico, como energia, turismo e transporte, tendo , naquele ano, seminários, oficinas de trabalho e curso de capacitação, visando , entre outros aspectos, atender ao quesito constante da recomendação em causa. No contexto das ações relacionadas a avaliações ambientais estratégicas dos projetos de grande vulto, bem como o processo de formulação do Plano Plurianual do Governo Federal, ações recentes, envolvendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes e o MMA, foram desenvolvidas, visando a elaboração de um Guia de AAE, cujo objetivo é orientar o processo de integração desse instrumento à proposição de políticas, planos, programas e projetos de grande porte. Quanto ao item 9.3.2 , foram desenvolvidas as seguintes iniciativas : O MMA e o IBAMA elaboraram a Instrução Normativa IBAMA nº 7/2009, onde é determinado, no âmbito do licenciamento ambiental, que os empreendimentos termelétricos, cuja fonte de energia seja o carvão mineral ou o óleo combustível, devem apresentar e implementar medidas mitigadoras visando à redução das emissões dos gases de efeito estufa. Nestes mesmos moldes, o MMA					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

apresentou proposta de resolução ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, de modo a que os Órgãos estaduais de licenciamento também adotem o mesmo procedimento para os empreendimentos sujeitos ao licenciamento estadual.

Síntese dos resultados obtidos

-

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

-

12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício(Não se Aplica)

13 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO			
SISTEMAS SIASG E SICONV			
Denominação completa(UJ)		Código da UG	
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental -SMCQ		440031	
Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	24/02/2010
Co-Gestor Financeiro	GERALDO AUGUSTO DE SIQUEIRA FILHO	Matricula Siape nº	1421000

14 – Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como relevantes para Avaliação de Conformidade e do Desempenho da Gestão. Não se aplica

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

15 – Informações Contábeis da Gestão

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa(UJ)			Código da UG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental -SMCQ			440031
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi(Balancos Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Código da UG: 440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental a)Convênios a aprovar com data expirada(Restrição 170) Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	26/02/2010
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0-DF

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa(UJ)			Código da UG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental –SMCQ / Apoio Fortalecimento Sist. Licenciamento Ambiental – SMCQ/BID			440076
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi(Balancos Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Local	Brasília-DF	Data	26/02/2010
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0-DF

16 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins.

Não houve execução orçamentária e financeira na Unidades Gestora 440076 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Apoio Fortalecimento Sist. Licenciamento Ambiental – SMCQ/BID.